

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o volume 24, número 1, da revista Razão e Fé. As temáticas abordadas neste número transitam entre temáticas filosóficas, a partir dos processos de luto; sociais, abordando temas como os programas de assistência estudantil e questões referentes ao mundo do trabalho; teológicas, com reflexões acerca da Teologia da Graça.

Cleiton Cruz de Oliveira e Paulo Gilberto Gubert, por meio do artigo *O luto como desconstrução da identidade do sujeito em Judith Butler*, objetivam demonstrar como ocorre a desconstrução da identidade do sujeito no processo de luto a partir da filosofia de Butler. Para tanto, dois argumentos são apresentados. O primeiro remete à importância do luto para o sujeito que após uma perda necessita se reorganizar e reconstruir a própria vida diante do fato ocorrido. O segundo indica a intersubjetividade enquanto ponto fundamental para entender os processos de luto na medida em que é o desfazimento das relações humanas que impacta decisivamente na desconstituição da identidade do vivente, isto é, daquele que vive e que sofre.

O propósito do artigo intitulado *Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Pampa Campus Jaguarão/RS*, de Cristiani Gentil Ricordi, é discutir a Política de Assistência Estudantil (PAE) na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA/Campus Jaguarão e identificar de que forma a instituição, através de seus programas de Assistência Estudantil, atende as áreas de atuação propostas pelo Art. 3º, § 1º, do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em tempos de desmonte da educação pública brasileira.

No artigo *As metamorfoses do mundo do trabalho e seus reflexos na educação*, Janaína da

Silva Guerra reflete sobre como as metamorfoses do mundo do trabalho, protagonizadas pelo neoliberalismo dos últimos séculos, têm influenciado diretamente na educação como forma de manter a ideologia dominante. A autora entende que esta ideologia reproduz a relação capital-trabalho ao formar uma mão de obra subalterna e fragmentada, dificultando a construção das bases para um outro projeto societário, mais justo e solidário.

O artigo intitulado *A vida na graça e as implicações teológico-pastorais na vida presbiteral*, de William Amaral Nunes e César Augusto Costa, tem por finalidade discutir as implicações teológico-pastorais da Teologia da Graça na vida do presbítero à luz do itinerário sobre a Graça divina, sua relação com natureza e liberdade, de maneira a compreender a sua ação na vida presbiteral. Para tanto, os autores percorrem o âmbito do debate sobre a Graça a partir da Tradição da Igreja, com destaque as reflexões de Gregório Magno em sua *Regra Pastoral* e João Crisóstomo na obra *Sobre o Sacerdócio* e ainda no Magistério da Igreja, com as contribuições do Concílio Vaticano II (1962-65), a Exortação *Pastor Dabo Vobis* (1992) e mais tarde, o *Documento da Conferência de Aparecida* (2007), que trazem relevantes sistematizações para o tema do ministério ordenado. Por último, os autores abordam as questões atuais que envolvem o tema, a fim de oferecer uma maior compreensão sobre a ação da graça na vida da Igreja através de seus ministros ordenados.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Paulo Gilberto Gubert

Instituto Superior de Formação
Humanística - UCPel

O LUTO COMO DESCONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO SUJEITO EM JUDITH BUTLER

MOURNING AS A DECONSTRUCTION OF THE SUBJECT'S IDENTITY IN JUDITH BUTLER

CLEITON CRUZ DE OLIVEIRA*

*Bacharel em Filosofia pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel); Acadêmico do curso de Teologia pela Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana (ESTEF).
E-mail: cleiton.cruzoliveira12@gmail.com

PAULO GILBERTO GUBERT**

**Professor de Filosofia e de Teologia na Universidade Católica de Pelotas.
E-mail: gilbertogubert@gmail.com

Resumo: O objetivo do artigo é demonstrar como ocorre a desconstrução da identidade do sujeito no processo de luto a partir da filosofia de Butler. Para tanto, dois argumentos são apresentados. O primeiro remete à importância do luto para o sujeito que após uma perda necessita se reorganizar e reconstruir a própria vida diante do fato ocorrido. O segundo indica a intersubjetividade enquanto ponto fundamental para entender os processos de luto na medida em que é o desfazimento das relações humanas que impacta decisivamente na desconstituição da identidade do vivente, isto é, daquele que vive e que sofre.

Palavras-chave: Luto. Identidade. Desconstrução. Butler.

Abstract: The aim of this article is to demonstrate how the deconstruction of the subject's identity occurs in the mourning process from Butler's philosophy. To do so, two arguments are presented. The first refers to the importance of mourning for the subject who, after a loss, needs to reorganize and rebuild his life in the face of the fact that has occurred. The second indicates intersubjectivity as a fundamental point for understanding the processes of mourning to the extent that it is the undoing of human relations that has a decisive impact on the deconstitution of the identity of the living, that is, the one who lives and suffers.

Keywords: Mourning. Identity. Deconstruction. Butler.

1 INTRODUÇÃO

A identidade, que nos permite distinguir uma pessoa da outra, faz referência a uma personalidade constante e continuamente construída nas relações e no reconhecimento das pessoas, isto é, somos seres relacionais, constituídos por e nas relações. Quando por uma razão ou outra acontece o rompimento de uma relação significativa para o sujeito, quando há uma perda e a obstrução de um vínculo fundante, como a morte de um ente querido, por exemplo, pode haver também um processo, que ao longo dessa pesquisa denominaremos como luto.

O luto desestabiliza a relação e a própria identidade, pois trata-se de uma experiência que rompe com todas as seguranças estabelecidas, tanto no que se refere à identidade, quanto no que diz respeito ao seu modo de estar no mundo e interagir com as demais pessoas.

Expressões comuns entre pessoas enlutadas, tais como: "estou perdido", "não sei mais quem eu sou" ou "não sei o que vou fazer de minha vida", talvez, indiquem o quanto o humano pode ser constituído ou desconstituído pela experiência de luto. E, ao invés de denotar uma experiência de máxima solidão antropológica, como a primeira vista poderia parecer talvez o luto revele, como diz Judith Butler (2020), o quanto somos seres entregues aos demais.

Neste ponto, a tragédia grega pode trazer um

contributo para melhor entendimento da temática. Na obra *Antígona*¹, de Sófocles, a personagem principal estava submetida a um sistema governamental que impedia celebrações fúnebres de familiares. De forma semelhante vivemos no Brasil, um sistema político que não toma as medidas necessárias para evitar novos óbitos e caracteriza as vidas perdidas como apenas números a serem contabilizados. Assim como na tragédia grega, onde Antígona é impedida de sepultar seu irmão, milhares de famílias foram privadas de estar com seus entes queridos. Devido às regras sanitárias brasileiras, não houve nenhum tipo de despedida, os corpos não foram vistos e nem foram dignamente velados.

Diante desse quadro, sob o prisma da filosofia de Judith Butler, propõe-se uma reflexão que lance luzes sobre essa conjuntura social e política. A importância que damos aos nossos mortos talvez indique, como aponta Judith Butler, que algumas vidas valem menos que outras. Na filosofia de Butler existe uma gama de livros que embasam seu interesse pela discussão entre luto e política. As principais obras da autora que abordam a temática são: *Problemas de Gênero* (1990); *Corpos que Importam* (1993); *A Vida Psíquica do Poder* (1997); *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto* (2019) e *Vida Precária: os poderes do luto e da violência* (2020).

¹ Antígona é personagem da tragédia grega de Sófocles. Antígona, diante da morte de seu irmão Polinices, reivindica a ordem do rei de Tebas, Creonte, para poder enterrar o seu irmão morto. Segundo o costume dos gregos, era dado o direito para os familiares de enterrar seus mortos, para que a alma não ficasse vagando, pois esse direito era dado pelos deuses. Por desobedecer o rei e sepultar seu irmão, Antígona é presa e assassinada (SÓFOCLES, 1999).

2 LUTO E IDENTIDADE

O luto está intrinsecamente ligado à forma como reagimos diante de uma ou várias perdas e nos leva a refletir sobre quem somos diante da vida, do sofrimento, da morte e de outras perdas significativas que marcam a subjetividade humana. No entanto, antes de se pensar propriamente sobre o modo como alguém pode ser constituído por meio de suas relações, urge que se pense na desapropriação da identidade de si. Conforme identifica-se a partir das leituras da obra de Butler.

Freud nos lembrou que quando perdemos alguém, nem sempre sabemos o que se perdeu daquela pessoa que se foi. Então, quando a pessoa perde, também se depara como com um enigma: algo se esconde na perda, algo está perdido nos segredos da perda. Se o luto envolve saber o que foi perdido [...], então o luto conservaria uma dimensão enigmática, uma experiência do não saber provocada pela perda do que não podemos compreender completamente (2020, p.42).

Esse “não saber” ao qual se refere Butler, talvez possa ser entendido no conjunto de sua filosofia do luto como um desfazer-se, ou, mais precisamente, como a forma em que o humano é desfeito pela morte, ou melhor, pelos vínculos que o constituíam e que se desfazem com a morte. Este “algo que se perde” poderia ser também entendido como o vínculo que se mantinha com o objeto perdido? Ou refere-se à própria identida-

de do enlutado que se perde na perda? E quando pensamos em identidade, de quais identidades estamos falando? Em outros termos: quais são as identidades pensadas e quais são completamente impensadas ou indizíveis que sequer são contempladas pelo luto?

É importante sublinhar que, refletir sobre o luto implica em repensar o próprio conceito de humano, e ainda: pensar sobre os esquecidos e não reconhecidos dentro do contexto social, político e econômico em que estamos inseridos. Para Butler, o não reconhecimento² adentra em questões propriamente políticas e éticas do não reconhecimento. Sob o mesmo ponto de vista identificam-se, nas palavras da autora, elementos de condicionamento para uma vida ser passível ou não de luto.

Podemos pensar a guerra como algo que divide as populações entre aquelas pessoas por quem lamentamos e aquelas por quem não lamentamos. Uma vida não passível de luto é aquela cuja perda não é lamentada porque ela nunca foi vivida, isto é, nunca contou de verdade como vida. Podemos ver a divisão do mundo em vidas passíveis ou não passíveis de luto da perspectiva daqueles que fazem a guerra com o propósito de defender as vidas de certas comunidades e para defende-las das vidas de outras pessoas, mesmo que isso signifique eliminar estas últimas (BUTLER, 2019, p. 64-65).

² Lembremos que Butler possui doutorado em Hegel. O conceito de reconhecimento utilizado pela autora tem sua base hegeliana.

O contexto de guerra, conforme apresentado pela autora, permite que se perceba a dimensão da identidade do enlutável está condicionada a aspectos que escapam das condições de decisão do próprio sujeito. Para uma vida ser passível de luto, primeiro ela precisa ser reconhecida como vida. Entretanto, durante o acontecimento de uma guerra não há este reconhecimento, há apenas competição entre interesses de Estados ou nações.

Neste contexto, considera-se que, para defender determinadas vidas, é preciso eliminar outras. Ocorre uma seleção acerca de quais vidas podem ser consideradas e quais não existem para o reconhecimento social. Por outro lado, para considerar uma vida como enlutável, necessariamente essa vida precisa ser identificada, por certo, ser validada como membro de uma sociedade. Isso significa que, na prática, existem pessoas que não são contadas como humanas e que suas identidades não existem para a identificação pública.

Os contextos atuais de extrema violência mundial, mostram pessoas de diversas nacionalidades e orientações sexuais sendo agredidas, muitas vezes mortas. Essas vidas são contadas como humanas?

A vida não pode ser medida pelas condições sociais e econômicas. Situações como as mencionadas anteriormente, revelam uma preocupação. Segundo Butler, o conceito de humano, tido como universalmente válido, na prática, parece não abranger determinados grupos sociais, empregando sobre eles uma precariedade ainda maior, havendo uma desigualdade para os mesmos. Eis o que pensa a filósofa a esse respeito:

A questão que me preocupa, à luz da violência global recente, é: Quem conta como humano? Quais vidas contam como vidas? E, finalmente, o que **concede a uma vida ser passível de luto**? Apesar de nossas diferenças de lugar e história, minha hipótese é que é possível recorrer a um "nós", pois todos temos a noção do que é ter perdido alguém. A perda nos transformou em um tênue "nós" (BUTLER, 2020, p. 40).

Como se pode observar no texto acima, para a autora, tanto o luto quanto o humano parecem não ter validade universal uma vez que o luto e os efeitos dos direitos humanos são negados a determinados grupos. A dor da perda, por sua vez, se configura como alternativa real para se pensar o coletivo, isto é, a partir da experiência singular de sofrimento percebe-se que o outro também sofre e, portanto, não há apenas um eu e sim um nós a ser pensado e refletido. Nas palavras da Butler: "Muitas pessoas pensam que o luto é privado, que nos isola em uma situação solitária e é, nesse sentido, despolitizante. Acredito, no entanto, que o luto fornece um senso de comunidade" (2020, p. 43).

O luto é processo de reorganização e readaptação com implicações na esfera pessoal e social. Assim sendo, pensar o humano a partir da experiência do luto significa sempre pensar um "nós" que perde e que se perde. Parece convincente que não ficamos enlutados solitariamente, e que, pelo luto, adentramos em uma das questões cruciais em Butler: a dimensão social do luto (mesmo quando vivido individualmente não deixa de ser social). O luto é essencial para se pensar o indivíduo e a constituição da própria sociedade.

Aquilo que constitui o humano está diretamente vinculado às relações que se estabelecem desde o nascimento. A condição humana implica em estar entregue e exposto ao outro. Tal entrega revela uma vulnerabilidade primária. Para Butler (2003), o luto contém a possibilidade de aprender uma forma de desapropriação que é fundamental para o ser.

O luto adentra na fragilidade que constitui historicamente o humano, levando sempre à relação com alguém. As relações humanas se constituem através de vínculos afetivos que se estabelecem com outrem, através de afinidades e semelhanças, por compatibilidade na forma de pensar, por princípios políticos e éticos que podemos possuir em comum.

Essa constituição do sujeito humano se desfaz diante da morte. Com a perda há um desen-

contro, uma desorganização afetiva, emocional, relacional e identitária. A morte do outro representa a perda dos vínculos que traziam segurança, que eram assegurados pela relação; instala-se a incerteza. Já não se sabe mais quem se é diante da perda. A perda revela mais do que uma ausência física, pois desestrutura a identidade do humano, arranca-o das certezas e seguranças, coloca-o para além do estabelecido pela relação.

O luto vinculado pela perda, nem sempre se apresenta de forma clara. A melancolia confunde-se com o sentimento de desamparo, porque muitas vezes não se tem clareza do que se perdeu no objeto perdido. Para Butler, a perda está ligada também a um “eu” que se perde juntamente com o objeto perdido. A identidade do sujeito passa pela necessidade de reconhecimento oriunda do outro.

A constituição humana elementarmente passa pela relação com os outros seres. Trata-se de um mergulho na experiência do reconhecimento. Quando busca compreender quem é, o sujeito investiga também aquilo que o constitui como pessoa humana.

Neste contexto, a filosofia butleriana mergulha na identidade do sujeito diante da morte. Ao realizar uma investigação através do enlutável e da experiência que o luto provoca nas relações intersubjetivas, a filósofa menciona que o luto opera uma modificação na autopercepção, pois a experiência do luto desestabiliza a identidade.

Assim, o luto desliza de categoria clínica para ocupar um lugar central na filosofia política de Butler e a interdependência entre as vidas amplia o lugar que até então a relação com a alteridade havia ocupado na concepção do “eu” como aquele que se constitui na relação com o outro (RODRIGUES, 2020, p. 62).

Além do reconhecimento familiar do luto, a esfera social, juntamente com o sistema político, possui uma responsabilidade por esses corpos, conforme Butler:

certos rostos devem ser reconhecidos pela opinião pública, devem ser vistos e ouvidos para que um sentido mais agudo de vida, de toda e qualquer vida, tome conta de nós. Então, não é que o luto seja objeto da política, mas sem a capacidade de enlutar perdemos aquela noção mais afiada de vida que necessitamos para que possamos nos opor à violência. E, embora para alguns o luto só possa ser resolvido pela violência, parece claro que a violência só acarreta mais perdas, e a incapacidade de considerar o apelo da precariedade da vida apenas leva, repetidamente, à frieza do luto em uma raiva política interminável (2020, p. 17).

Reivindicar o luto é buscar dignificar as vidas perdidas, é reconhecer a dimensão da identidade do vulnerável. Ser vulnerável não implica em ser desprezível, mas indica que se está sempre exposto e entregue ao contato com outrem, nas relações estabelecidas que mobilizam nossa identidade humana.

3 A IMPORTÂNCIA DO LUTO PARA O SUJEITO

Pensar o luto e perceber qual a dinâmica que o processo de luto tem sobre o sujeito, significa uma desapropriação da ideia cristalizada sobre a própria subjetividade. Com a perda, inicia-se um processo de desconstrução e posteriormente de reconstrução da identidade do sujeito. O luto é uma reação processual diante da perda, mas é também um grito³, para que a perda não seja minimizada ou esquecida entre seus sobreviventes.

A memória presente no sujeito reporta-se à incerteza de não saber ao certo tudo que se perdeu com quem morreu. Assim se desencadeia em seu ser o ardente desejo de manter viva a imagem da pessoa perdida. O luto é uma expressão de extrema importância, que inicia o processo de reconhecimento sobre as perdas que são enfren-

³ Retomando a ideia de Antígona, que grita contra o poder do soberano.

tadas ao longo de nossa vida, além de simbolizar e fazer parte da ritualização da despedida.

O luto, elemento característico da vida humana, exige posicionamento diante das experiências que ocorrerão após a perda. Torna-se, portanto, necessária uma busca pela identidade desse humano que perde e que se desfaz na relação perdida. Como passar pelo luto sem ser modificado por ele? Não é possível, pois o sujeito sempre será modificado através dos vínculos que são desfeitos. Segundo Butler, uma pessoa passa

[...] pelo trabalho de luto ao aceitar que a perda a mudará, possivelmente para sempre. Talvez o luto tenha a ver com concordar em passar por uma transformação 'talvez se deva dizer submeter-se a uma transformação' cujo resultado final não podemos conhecer antecipadamente. Há a perda, como a conhecemos, mas há também seu poder transformador, que não pode ser mapeado ou planejado. Podemos tentar escolhê-lo, mas pode ser que essa experiência de transformação desconstitua as possibilidades de escolha (2020, p. 41, grifo do autor).

O luto desfaz a relação estabelecida, conduz o sujeito à insegurança de não saber mais quem é. Trata-se de um processo de arrancar-se de si mesmo, que provoca angústia. Essa transformação iniciada através do fato de não saber mais quem é, torna-o vulnerável, uma vez que, na constituição da relação, o eu está entregue ao outro.

O argumento que melhor abrange o pensamento butleriano é de perceber o quanto não se possui o controle sobre a própria vida. O processo de luto ajudará a reorganizar o que sobrou, e a perceber a importância de reestruturar-se diante da perda.

4 O LUTO COMO ELEMENTO DE MUDANÇA NO SUJEITO

A constituição de si e do outro se dá através das relações. Esta construção começa com nosso nascimento e perdura por toda a existência. O

que por inúmeras vezes acontece é que as pessoas não são preparadas para lidar com a perda e com seus impactos eminentes em suas relações. Assim, um primeiro processo é de perceber que acontecerá uma mudança interna e externa do sujeito após a perda.

Essa mudança acontece principalmente porque os seres humanos são seres relacionais e porque a perda afeta a sua forma de perceber e sentir, isto é, afeta aquilo que constitui o humano enquanto tal. Essa mudança desagrega algumas percepções sobre o luto que foram inventadas e transmitidas ao longo do tempo, como por exemplo: **Isso tudo vai passar; logo a vida volta ao normal...** São expressões agressivas para os ouvidos e que não ajudam a compreender, de fato, o que acontece ao longo desse processo, que independente do querer, causará mudança no indivíduo.

Quando perdemos certas pessoas, ou quando somos despossuídos de um lugar, ou de uma comunidade, podemos simplesmente sentir que estamos passando por algo temporário, que o luto passará e que alguma restauração da ordem anterior será alcançada. [...] Quando passamos pelo que passamos, algo sobre o que somos nos é revelado, algo que delinea os laços que mantemos com os outros, que nos mostra que esses laços constituem o que somos, laços e elos que nos compõem (BUTLER, 2020, p. 42).

A formação do sujeito está amplamente validada e reconhecida pelas relações estabelecidas com o outro e pelo olhar do outro. A perda estabelece um rompimento, uma quebra de laços e relações estabelecidas. Na filosofia butleriana, a perda insere-se no contexto da relação desfeita, evocando um sobreviver, que modificará a forma de se relacionar.

Através do luto inicia-se a necessidade de reorganizar a própria visão que o sujeito tem do mundo. Neste sentido, existem elementos que ajudam a significar melhor os momentos de perda, como por exemplo, os rituais fúnebres que representam uma prática de despedida, sinal de reivindicação pública pelo direito de chorar pelos

seus mortos, assim como Antígona, que reivindicou o direito de chorar a morte de seu irmão.

O apelo de Antígona introduz uma mudança na forma de lidar com a morte, mudando a perspectiva de como perceber e reivindicar a perda de familiares e amigos. A morte não é apenas um acontecimento neutro ou localizado em sociedades específicas, mas um momento da vida que estabelece relações e reivindicações sobre os corpos mortos.

5 CONCLUSÃO: A DESCONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Se o conceito de identidade faz referência a aquilo que o indivíduo é em sua individualidade e representatividade diante do meio social, é preciso pensar que essa identidade se faz a partir das relações a que o sujeito estará exposto: "Podemos até querer, ou mesmo conseguir por um tempo, mas apesar de nossos melhores esforços, nos desfazemos, na face do outro, pelo toque, pelo cheiro, pelo tato, pela perspectiva do toque, pela memória do tato" (BUTLER, 2020, p. 44).

A identidade a que se refere Butler aquela que faz com que o outro perceba o eu como pessoa, é constituída a partir de uma subjetividade, que se compõe pelo reconhecimento do outro. Implicitamente não será possível pensar um sujeito que se constitui por uma identidade, sem ser entregue à relação coletiva. Nessa dimensão se funda, além da identidade de pessoa, uma participação na construção social, no coletivo.

Butler, em seu livro, *Vida precária* (2020), trabalha com a ideia de que os seres humanos são construídos a partir de suas relações com os outros, cada vida é vulnerável ao outro, porque está sempre exposta à relação com outrem. E a perda ocasiona uma desestruturação da identidade, pois aquele sujeito que se faz na relação com o outro, ao perdê-lo, deixa de existir. Assim, diante da perda, perde-se a identidade, isto é, deixa-se de ser quem se é.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Corpos que Importam**. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: Crocodilo Edições, 2020.

_____. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

_____. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Tradução de Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

RODRIGUES, Carla. Por uma filosofia política do luto. **O que nos faz pensar**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 46, p. 58-73, 2020. Disponível em: <http://www.oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnfp/article/view/737/634>. Acesso em: 06 abr. 2021.

SÓFOCLES. **Antígona**. Tradução de Donaldo Schüler. Porto Alegre: L&PM, 1999.

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA CAMPUS JAGUARÃO/RS

STUDENT ASSISTANCE POLICY AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF PAMPA CAMPUS OF JAGUARÃO/RS

CRISTIANI GENTIL RICORDI

*Assistente em Administração da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Mestranda em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Licenciada em Matemática (UCPEL). E-mail: crisricordi@gmail.com.

Resumo: Este artigo visa discutir a Política de Assistência Estudantil (PAE) na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA/Campus Jaguarão, e tem como objetivo identificar de que forma a instituição, através de seus programas de Assistência Estudantil, atende as áreas de atuação propostas pelo Art. 3º, § 1º, do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em tempos de desmonte da educação pública brasileira. Tendo em vista as mudanças ocorridas no ensino superior público brasileiro em decorrência dos processos de expansão e interiorização das universidades e institutos federais e a implementação de políticas públicas de ação afirmativa. Políticas estas que favoreceram a democratização do acesso ao ensino superior, e alteraram de forma significativa parte do perfil dos universitários com o ingresso de estudantes oriundos das camadas populares, advindos de escolas públicas e ingressantes por cotas sociais e raciais, que demandam por uma PAE efetiva.

Palavras-chave: Política de Assistência Estudantil. UNIPAMPA. Assistência Estudantil.

Abstract: This paper intends to discuss the policy of student assistance (PAE) at the Federal University of Pampa – UNIPAMPA/Jaguarão Campus, and it has the main purpose of identifying by which means the institution throughout its student assistance programs survey the areas of aiding established by article 3, paragraph 1, of the National Student Assistance Program (PNAES) in times of displacement of Brazilian public education. In accord with changes that occurred in Brazilian higher public education as a result of the expansion and interiorisation of universities and federal institutes and the establishment of affirmative action public policies. These policies permitted more democratic access to higher education and changed significantly part of the profile of humbler undergraduate students, which came from public schools and newcomers from racial and social cotes and demands effective student assistance policies.

Keywords: Student assistance policy. Federal University of Pampa. Student Assistance.

1 INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é discutir a Política de Assistência Estudantil (PAE) na Universidade Federal do Pampa Campus Jaguarão. Nossa investigação teve como objetivo identificar de que forma a Universidade Federal do Pampa – UNI-PAMPA, através de seus programas de Assistência Estudantil (AE), atende as áreas de atuação propostas pelo Art. 3º, § 1º, do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em tempos de desmonte da educação pública brasileira. Conforme o decreto nº 7.234/2010 as ações de Assistência Estudantil do PNAES devem ser desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

De acordo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), a Política de Assistência Estudantil

[...] 'é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso de graduação dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida', agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras (FONAPRACE, 2012, p. 63).

Segundo Assis *et al.* (2013), a assistência estudantil tem como proposta responder às demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a partir da expansão e democratização do acesso ao ensino superior, com o intuito de promover a inclusão social, a produção de conhecimento e um melhor desem-

penho acadêmico, proporcionando também uma boa qualidade de vida aos estudantes durante a sua trajetória acadêmica.

Assim sendo, teceremos, inicialmente, algumas considerações sobre o processo de constituição da universidade pública brasileira e a redemocratização do acesso ao ensino superior público, tendo em vista que o Brasil foi um dos últimos países da América Latina a criar uma universidade e sua criação se dá em um contexto de grande disputa política, marcado pela novata República. "Na América Latina, até 1950, o acesso à universidade era fortemente elitizado. No conjunto do continente havia 266.000 estudantes, ou seja, em média 2% dos jovens de 18-24 anos. Em 13 dos 20 países, a taxa bruta de escolarização universitária não atinge a 2% [...]", entre eles estão o Brasil, a Colômbia, o Chile e o México (TRINDADE, 2003, p. 165).

Em seguida, traçaremos um breve histórico da Assistência Estudantil no Brasil, sinalizando avanços e retrocessos, passando pela implementação do PNAES até os tempos atuais, analisando seu reconhecimento enquanto direito social e política pública. Por fim, abordaremos o processo de constituição da Universidade Federal do Pampa, identificando as peculiaridades do Campus Jaguarão e a implementação da Política de Assistência Estudantil na instituição.

2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

A história de criação da universidade no Brasil revela, conforme Fávero (2006, p. 20), uma "[...] considerável resistência, seja de Portugal, como reflexo de sua política de colonização, seja da parte de brasileiros, que não viam justificativa para a criação de uma instituição desse gênero na Colônia [...], pois consideravam mais adequado que as elites estudassem na Europa. Muitas foram as tentativas de criação da universidade no Brasil,

que perduraram por mais de um século.

Após a proclamação da República, outras tentativas foram feitas e em 7 de setembro de 1920, por meio do Decreto nº 14.343, o Presidente Epitácio Pessoa instituiu a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), oficializando a criação da primeira universidade no Brasil (FÁVERO, 2006). A Universidade do Rio de Janeiro é formada a partir de escolas já existentes: a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito (VASCONCELOS, 2010). O principal objetivo da URJ, na época, era a “[...] formação de uma mão de obra qualificada para o cenário industrial capitalista que começava a se fazer sentir naquele momento” (ÉSTHER, 2015, p. 199).

Para Florestan Fernandes (2020, p. 83) fica “[...] evidente que o esforço educacional, ao nível do ensino superior, concentra-se fortemente em torno das três ‘escolas tradicionais’, que possuem maior importância para a formação de profissionais liberais”, a saber: Direito, Engenharia e Medicina. Com base na análise de Fernandes (2020), Scher e Oliveira (2020, p. 7), destacam que o ensino superior brasileiro “[...] nasceu com esse caráter colonialista, dependente e classista. Em face disso, a Educação Superior estabeleceu historicamente bases elitistas e se consolidou como um local privilegiado para a (re)produção das elites econômicas do país”.

Muitas universidades consolidaram-se após “O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”¹. Publicado no ano de 1932, o manifesto denunciava o atraso do sistema educacional brasileiro e a exclusão da população do sistema de ensino escolarizado. Aproximadamente trinta anos após a sua publicação o Brasil vivenciou a ditadura militar, período compreendido entre 1964 e 1985. A ditadura militar atuou através de atos repressivos contra professores e alunos que se posicionaram política e ideologicamente de forma crítica e con-

trária ao regime.

Nesse momento a universidade brasileira como um todo, empenhou-se na tarefa da redemocratização. Uniram-se na luta pelo fim da ditadura militar estudantes, funcionários e professores de universidades públicas e privadas. A partir desta data se ampliaram as discussões sobre as propostas para o ensino como um todo no país e acabaram por culminar em avanços inscritos na Constituição Federal (CF) de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

Apesar de o horizonte promissor, por muitos anos as universidades públicas foram esquecidas pelos governos brasileiros, contavam com reduzido investimento para ampliação e falta de recursos para manutenção. Enquanto isso, as universidades privadas eram privilegiadas, recebiam “[...] financiamentos vantajosos, isenções fiscais e previdenciárias além de outros benefícios, como dotação de recurso a fundo perdido, que propiciaram sua rápida expansão, inclusive com recursos do BNDES” (TRINDADE, 2003, p. 173).

Deste modo, a década de 1990 ficou marcada por transformações político-econômicas, que determinaram novos rumos para as políticas sociais, em especial para as políticas públicas de educação; intensificadas por ações de organismos internacionais como o Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e agências da Organização das Nações Unidas (ONU) (MOREIRA; MOREIRA; SOARES, 2018).

O governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello foi marcado por alterações na política nacional, privatização de empresas estatais, enxugamento do Estado, privatização e precarização da educação, um desmonte do Estado em apenas dois anos de mandato. Por sua vez, governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC),

¹ Datado de 1932, no Governo Getúlio Vargas, o texto foi assinado por 26 intelectuais, entre os quais Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima e Cecília Meireles. O manifesto encontra-se disponível em: https://download.inep.gov.br/download/70Anos/Manifesto_dos_Pioneiros_Educacao_Nova.pdf.

1995 – 2003, continuou a privatizar empresas estatais, precarizou os serviços públicos e reduziu drasticamente os gastos com políticas sociais; sua prioridade era “reformular o Estado”, equilibrar as contas públicas e melhorar a eficiência da máquina (DURAT, 2015). Em ambos os governos o interesse era atender a lógica neoliberal.

A educação passou por períodos difíceis no governo FHC as universidades públicas e os institutos federais receberam pouco investimento, prejudicando as atividades de pesquisa e extensão, oportunizando, dessa forma, a expansão das universidades privadas (GENTIL, 2017). O repasse de verbas públicas para as instituições privadas de ensino superior se deu, inicialmente, por meio do Programa Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). O programa foi criado em 1999 durante o governo FHC e ampliado no governo Lula, sendo sucessor do Crédito Educativo, criado em 1976 pelo regime militar.

Ainda assim, a universidade brasileira foi constituindo-se como uma instituição social, marcada por conflitos históricos decorrentes das demandas sociais e da pressão popular pela efetiva democratização do acesso ao ensino superior “[...] sob os efeitos desagregadores das políticas neoliberais [...]” e “[...] diante das ‘recomendações’ do Banco Mundial a serem embutidas nas políticas educacionais subordinadas ao ajuste econômico e de reforma do Estado” (TRINDADE, 2003, p. 162).

Em 2003, a oposição política chega à presidência da República. Vinculado ao Partido dos Trabalhadores, e não obstante eleito por grande parcela da classe trabalhadora com o intuito de reduzir as desigualdades sociais, o governo Luiz Inácio Lula da Silva, 2003 – 2011, “[...] não rompeu com os lastros do capital, menos ainda demonstrou um rompimento com a elite burguesa brasileira. Mesmo buscando estratégias para reduzir as desigualdades, a estrutura manteve-se intacta, sem de fato redistribuir a riqueza socialmente produzida” (DURAT, 2015, p. 52).

Entretanto, no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, inicia-se um novo processo na educação superior pública, marcado por no-

vos projetos e programas, pensados na expansão e democratização do acesso ao ensino superior às camadas populares. Os programas e projetos apresentados pelo governo petista, tinham como proposta “[...] a expansão com interiorização [...]”, pois até aquele momento as universidades estavam concentradas em “[...] grandes centros e metrópoles [...]” (GENTIL, 2017, p. 29).

No que diz respeito a expansão das vagas nas universidades públicas, o governo petista teve como principal ação o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O REUNI foi instituído pelo Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007 com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência na educação superior, além de demarcar a posição do governo na defesa de políticas públicas inclusivas na área da educação. Entre as ações do REUNI, destacamos: “[...] o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país” (BRASIL, 2010).

A UNIPAMPA, desde sua criação até o ano de 2012, esteve inserida no Programa do Governo Federal de novas IFES e recebeu recursos financeiros por meio do REUNI (UNIPAMPA, PDI, 2013). Ainda a respeito do processo de expansão das universidades públicas brasileiras, observa-se que em “[...] 2002 existiam 45 universidades federais com 148 campi; em 2014 são 63 universidades federais com 321 campi [...]” (LEHER, 2018, p. 68). Dessa forma, a democratização do acesso ao ensino superior inseriu nos espaços universitários um novo perfil de estudante, principalmente com a aprovação da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como a Lei de Cotas.

Esta medida alterou radicalmente o status quo, pois até então a “[...] proporção de pessoas com formação superior, na população escolarizada e no conjunto da população, é quase ínfima [...]” (FERNANDES, 2020, p. 87). A universidade era um privilégio de e para poucos, “[...] um ensino de elite e para elite [...]” (FERNANDES, 2020, p. 79). Nesse sentido, surgiram desafios qualitativos e

de inserção aos profissionais das instituições de ensino superior, bem como “[...] pensar formas de inclusão que contemplem segmentos da sociedade historicamente excluídos do ensino universitário, como, por exemplo, as classes populares, os afro-descendentes e os indígenas” (PEREIRA; SILVA, 2010, p. 23).

Assim, o novo perfil de estudante passou a apresentar outras demandas para além do acesso como a permanência nas IFES e uma política de assistência estudantil efetiva. A partir deste breve contexto discorreremos a seguir sobre a trajetória da PAE no Brasil.

3 TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

A luta pela Assistência Estudantil no Brasil, em alguns aspectos se assemelha a trajetória de lutas da Política de Assistência Social, pois ambas surgiram dos movimentos sociais organizados que lutaram pelo fim da ditadura militar e pela promulgação de uma nova Constituição Federal (VASCONCELOS, 2010). Mas, assim como o direito à educação, as ações em prol de políticas de assistência estudantil não são recentes, elas remetem ao final da década de 1920, aos programas de moradia e alimentação (IMPERATORI, 2017).

A primeira fase da PAE no Brasil conjuga um período em que o acesso à educação superior era um privilégio para poucos. A educação se concentrava nas mãos da elite do país, pessoas que tinham condição financeira de manter seus filhos no ensino superior, por isso, não raro, encaminhavam-nos para as IES consolidadas fora do país, as quais não mantinham apenas alto padrão de ensino-aprendizagem como também dispunham de qualidade de infraestrutura no atendimento ao aluno no aspecto da assistência estudantil (KOWALSKI, 2012, p. 84).

A partir de 1930 havia uma urgência de modernização do país, em especial para a escolarização e formação da classe trabalhadora. Nesse sentido, foram inseridas na agenda educacional brasileira ações de assistência aos estudantes nos diferentes níveis de ensino que “[...] constituíram-se, historicamente, em mecanismos emergenciais e focalizados, utilizados pelo Estado para responder às manifestações das diversas expressões da questão social no ambiente escolar” (NASCIMENTO, 2013, p. 96).

Em 1937, a União Nacional dos Estudantes (UNE) é criada. Para Nascimento (2013), a UNE realizou um importante papel na defesa do “Movimento de Reforma Universitária” (FERNANDES, 2020) dos anos de 1960, sendo a pauta da assistência estudantil uma das principais bandeiras de luta dos estudantes. Durante o período da ditadura militar muitas reuniões foram organizadas pelo movimento estudantil, sendo que o principal objetivo era discutir os direitos dos estudantes e a reforma universitária.

Nesse cenário foi aprovada a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que instituiu a “Reforma Universitária”. A Reforma Universitária de 1968 representou uma antirreforma da educação superior (ARAÚJO, 2018), pois foi contrária a tudo que estava sendo proposto pelo Movimento de Reforma Universitária. Para Kowalski (2012, p. 49), uma das ações que efetivaram a contrarreforma universitária foi a “[...] oferta maciça de vagas no ensino superior, com a intenção de reprimir a rebeldia dos jovens e expandir o ensino particular. Outro aspecto foi a introdução do ensino como uma mercadoria, com objetivo claro de deflagrar a educação pública, gratuita e favorecer o ensino privado”.

Em meio aos embates contra o regime opressor, dois grandes grupos se constituíram e surgiram como espaços de discussão sobre a educação, em especial sobre as políticas de assistência estudantil, o FONAPRACE (1987) e a ANDIFES (1989). Kowalski (2012) considera esse

movimento o início de uma segunda fase para a PAE. O debate repercutiu com a promulgação da CF/88. No entanto, vale ressaltar, dialogando com Araújo (2018), que apesar dos avanços inscritos no texto constitucional, estes ainda se mesclam com práticas conservadoras. Outro aspecto a destacar é o fato de muitos pontos da CF/88 exigirem legislação posterior para a execução da política, o que, de certa forma, impactou na materialização de determinadas políticas públicas, entre elas a de assistência estudantil.

Com a ascensão de governos conservadores, comprometidos com uma agenda econômica neoliberal, nos anos 1990, questões referentes a permanência e assistência aos estudantes foram deixadas de lado, tanto que a legislação específica sobre a demanda foi promulgada apenas no ano de 2007, 19 anos após a previsão na carta magna (ARAÚJO, 2018). Nesse sentido, a denominada "segunda fase" (KOWALSKI, 2012) da PAE foi marcada por processos de "[...] ruptura e continuidade, pois o tratamento da permanência estudantil na educação superior pública ainda era caracterizado pela ausência de normativa legal específica, ausência de dotação orçamentária, além do desenvolvimento focalizado e desarticulado das ações" (ARAÚJO, 2018, p. 84).

O período de expansão e reestruturação das IFES representou o início da "terceira fase" da PAE, conforme Kowalski (2012). Para a autora, esse período começou com a aprovação do REUNI, compreendendo o PNAES e o lançamento do Projeto Lei do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020. O PNE dispõe sobre a política de diversificação das fontes de financiamento e gestão das Instituições de Ensino Superior (IES) e foi aprovado apenas em 2014, na sua meta 12 previa o desenvolvimento de programas de assistência estudantil e ampliação das taxas de acesso nas IFES.

O PNAES, lançado com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos estudantes na educação superior pública federal, foi instituído, inicialmente, em 12 de dezembro de 2007, pela

Portaria nº 39 do MEC. O documento foi elaborado pelo FONAPRACE, que contou com o auxílio das pesquisas realizadas sobre o perfil socioeconômico dos estudantes universitários, no período de 1997 a 2004, e também das longas discussões que se deram sobre a temática da AE desde a constituição do grupo, em 1987. Em 2008, foram destinados os primeiros recursos para AE por meio do programa. No ano de 2010 o presidente Lula transformou o PNAES em Decreto representando um marco histórico para a permanência dos estudantes nas IFES, bem como para as políticas sociais.

No entanto, observa-se dialogando com Moceлин (2019, p. 251) que a assistência estudantil "[...] já nasce focalizada e residual [...]", com um viés assistencialista, de combate a pobreza, descharacterizando a assistência estudantil como um direito social. Podemos observar na definição do seu público-alvo, art. 5º, "serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior" (BRASIL, 2010).

Destacamos ainda, que conforme o decreto as IFES têm autonomia para "[...] instituírem outros critérios de elegibilidade além do recorte de renda per capita já definido, o que na prática se traduz como mais impeditivos de acesso por parte dos/as estudantes e uma maior focalização" (MOCELIN, 2019, p. 251). Para Santiago (2014, p. 171) a assistência estudantil apresentada e implementada no Governo Lula segue "[...] uma lógica fragmentada, pontual e focalizada que retira e desloca o direito a assistência ao estudante para a dimensão da concessão ao sabor do Estado mínimo que privilegia o econômico, o mercado".

Por fim, conforme Braga e Dal Prá (2021), poderíamos propor o esboço de uma quarta fase da assistência estudantil, a partir de meados da década de 2016 até os tempos atuais. A "quar-

ta fase" inaugura-se durante o governo Michel Temer, com cortes orçamentários na educação pública, as contrarreformas administrativas do Estado e a limitação de gastos públicos com a EC/95, sendo intensificados no governo Jair Bolsonaro, em que destacamos o "Programa Institutos e Universidades Empreendedoras" denominado, "Future-se".

As IFES, por sua vez, respondem internamente com enxugamento de contratos licitatórios, restrição na oferta de serviços de AE, entre outras medidas que afetam diretamente o acesso e a permanência dos estudantes das camadas populares. Para Braga (2019, p. 99), considerando o atual panorama que demarca o início de um novo cenário da AE no Brasil, por meio da situação societária e contextual do país, evidencia-se o movimento de formalizar uma "assistência estudantil limitada". "Retoma-se, assim, sutilmente a elitização da universidade pública, pela disposição de limitados recursos para a permanência e a abertura gradativa para privatização" (BRAGA; PRÁ, 2021, 14).

4 CONTEXTO DE CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA E SUA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A UNIPAMPA ergue-se a partir de reivindicações e de um movimento político da comunidade da região de campanha e da zona fronteira do estado do Rio Grande do Sul (RS) que encontrou respaldo na política de expansão e renovação das

IFES, promovida pelo governo federal na época. O Programa Expandir², deu início à instituição no ano de 2005, por meio da tutela da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que aderiram ao acordo de cooperação técnica com o Ministério da Educação (MEC) (GENTIL, 2017). Assim, a UNIPAMPA despontou suas atividades no ano de 2006, com prazo previsto para a sua implantação em 2008, por meio do Projeto de Lei nº 7.204/2006.

No ano de 2008, através da Lei nº 11.640 de 11 de janeiro de 2008, é criada a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, de natureza pública, vinculada ao MEC, com sede e foro na cidade de Bagé/RS. Composta por uma estrutura multicampi, dividida em 10 campi localizados na Região do Pampa Gaúcho: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Gabriel, São Borja e Uruguaiana.

Estas cidades integram a mesorregião³ Metade Sul do Rio Grande do Sul. Conforme dados disponibilizados pelo Ministério da Integração Nacional a Mesorregião Metade Sul "[...] se constituía, até o começo da década de 40 do século XX, na região mais rica do Estado do Rio Grande do Sul, com destaque para Pelotas, que era tão ou mais florescente que a capital do Estado, Porto Alegre" (ETGES, 2005, p. 4642). No entanto, a partir da década de 1980 a região passa por um forte movimento de perda econômica, ocasionando um desenvolvimento injusto e desigual.

Ainda, segundo Etges (2005, p. 4643), com a "[...] desindustrialização e a concorrência promovida pelo Mercosul na agricultura e na pecuária,

2 O Programa Expandir surgiu com a meta de ampliar e interiorizar o ensino superior público e gratuito no estado brasileiro. De acordo com Melo, Melo e Nunes (2009) o Programa Expandir compõe o primeiro ciclo de expansão das universidades federais, sendo o segundo e o terceiro ciclo composto pelo REUNI.

3 "Mesorregiões, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, são áreas individuais que apresentam forma de organização do espaço geográfico definidos por dimensões sociais, naturais e de comunicação própria, que constituem as marcas da sua identidade, resultantes da forma como a sociedade se relacionou com aquele meio ambiente, ao longo do tempo" (ETGES, 2005, p. 4642).

a região foi perdendo competitividade e dinamismo, chegando a níveis surpreendentes de estagnação, contando com índices de pobreza em diversos de seus municípios [...]". Além disso, outros fatores tornaram-se impeditivos para a superação das dificuldades, entre eles: "[...] o baixo investimento público per capita; a reduzida capacidade financeira dos municípios; a baixa densidade populacional; a estrutura fundiária caracterizada por médias e grandes propriedades; e, a distância geográfica dos polos desenvolvidos do Estado" (UNIPAMPA, PDI, 2013, p. 18).

Neste sentido, a UNIPAMPA Campus Jaguarão chegou ao município não somente com o intuito de ofertar um ensino público, gratuito e de qualidade, mas também de proporcionar desenvolvimento econômico, cultural e social para a cidade e região. Atualmente, o Campus Jaguarão abarca cursos de três áreas do conhecimento: ciências humanas; ciências sociais e aplicadas; e, linguística, letras e artes. Áreas que vem sofrendo constantes ataques por parte do governo federal, desde corte de investimentos a perseguição de professores, pois o foco do atual governo é o "retorno imediato", ou seja, cursos que no entendimento da atual gestão, geram retorno financeiro imediato aos contribuintes, como: veterinária, engenharia e medicina.

De acordo com Nathalia Passarinho, em reportagem publicada na BBC News Brasil, em 09 de maio de 2019, os cursos de ciências sociais e humanas, alvos de cortes orçamentários pelo governo federal,

[...] são os que mais concentram diversidade racial tanto em universidades públicas quanto privadas, segundo dados do Censo Nacional do Ensino Superior de 2017 [...] Citados especificamente pelo presidente Jair Bolsonaro como áreas que devem perder investimentos, os cursos de sociologia e filosofia têm 1 negro para cada 3 e 4 brancos respectivamente. Já cursos de medicina e veterinária, mencionados pelo presidente como áreas que devem receber recursos por trazerem 'retornos imediatos à sociedade', têm uma proporção de um negro para cada 16 brancos. Essa diferença é quatro vezes maior do

que nos cursos de história e de letras, que têm um aluno negro para cada quatro brancos (PASSARINHO, 2019).

Para a professora e diretora do Programa de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford, Andreza de Souza Santos, em entrevista para a BBC News Brasil, uma "[...] redução de recursos na área de humanas, sem levar em conta o processo educativo desde a base, nas escolas públicas, terá como efeito elitizar o conhecimento a curto prazo, reduzindo negros e pobres nas universidades" (SANTOS, 2019). É notável que esses ataques refletem diretamente na vida acadêmica dos estudantes, principalmente dos estudantes oriundos das camadas populares, ingressantes por cotas sociais e/ou raciais, que necessitam da Assistência Estudantil para garantir a sua permanência e obter êxito acadêmico.

Vale destacar que a UNIPAMPA antes de aderir ao SiSU, no ano de 2010, já adotava a política de cotas, priorizando 50% do total de vagas de cada curso para as políticas de ação afirmativa, distribuídas da seguinte maneira: 6% para candidatos com deficiência; 30% para candidatos que tenham cursado o Ensino Médio integralmente em escolas públicas; 10% para candidatos autodeclarados negros que tenham cursado o Ensino Médio integralmente em escolas públicas; e 4% para candidatos indígenas que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas.

Diante desse contexto, em relação ao acesso, é notório que a instituição vem cumprindo um importante papel na garantia de democratização do acesso ao ensino superior às camadas populares antes excluídas da educação de nível superior. Porém, compreendemos que apenas o acesso não é suficiente para reduzir as desigualdades, tendo em vista que o Brasil é um dos países que possui índices desproporcionais no que se refere à distribuição de riqueza e dos bens socialmente produzidos. Assim, faz-se necessária uma Política de Assistência Estudantil efetiva que permita a permanência e a conclusão do curso para este novo perfil de ingressante.

Em face desta demanda, as primeiras ações

voltadas para a Assistência Estudantil na UNIPAMPA ocorreram no ano de 2008, por meio da “Pró-Reitoria Adjunta de Assistência Estudantil”. Na oportunidade foi realizado um estudo sobre o perfil dos estudantes da instituição e foi implementado o “Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico” (PBDA). Foram oferecidas bolsas de estudos em quatro modalidades, a saber: Bolsas de Iniciação à Pesquisa, Bolsas de Iniciação ao Ensino, Bolsas de Iniciação à Extensão, e Bolsas de Iniciação ao Trabalho Técnico Profissional e de Gestão Acadêmica.

No ano de 2009, os recursos possibilitaram a implementação do Programa Bolsas de Permanência (PBP), para atender estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com a concessão de auxílios-alimentação, moradia e transporte. Já em 2011, as ações desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) ocorreram de forma descentralizada, com base em cinco grandes áreas: alimentação, moradia estudantil, transporte, inclusão e acessibilidade, e apoio pedagógico. Em setembro de 2013 foi inaugurada a primeira casa do “Programa de Moradia Estudantil João-de-barro”, no campi Santana do Livramento, única moradia estudantil em funcionamento até o presente momento.

Ademais, em 2013, foi inaugurada a política de esporte e em agosto ocorreu no Campus Uruguiana a primeira edição dos Jogos Universitários da UNIPAMPA. Estudantes de todos os campi da Universidade participaram nas modalidades de vôlei, futsal e xadrez, com categorias masculinas e femininas (UNIPAMPA, Relatório de Gestão, 2014). No entanto, a atividade contou com quatro edições apenas, a primeira em 2013, a segunda e a terceira na cidade de São Borja, nos anos de 2014 e 2015, respectivamente, e a última edição dos jogos ocorreu no ano de 2018, em Alegrete. Caracterizando-se, infelizmente, como uma política de gestão e não como uma prática institucional.

No ano de 2014 foi regulamentada a PAE na

instituição, através da Resolução nº 84, de 30 de outubro, sendo de responsabilidade do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) de cada unidade a execução direta das atividades de AE, realizando o acolhimento e atendendo as demandas socioeconômicas e psicopedagógicas dos estudantes. Ainda em 2014 foram inaugurados quatro Restaurantes Universitários “Talhares do Pampa”, nos campi Alegrete, Jaguarão, São Borja e São Gabriel. Através do Programa de Alimentação Subsidiada Talhares do Pampa, os discentes dos cursos de graduação recebem refeições de forma subsidiada, integral ou parcialmente, de acordo com o perfil socioeconômico.

No ano seguinte, 2015, mais três Restaurantes Universitários foram inaugurados nos campi Bagé, Dom Pedrito e Uruguiana. Ano em que ocorreu o primeiro grande contingenciamento na educação, R\$ 9,5 bilhões. O que significou um corte de 30% no orçamento das IFES, precarizando o seu funcionamento e as ações que envolvem a PAE. Os servidores, docentes e técnicos administrativos em educação iniciaram um movimento nacional contra os cortes e por melhores condições de trabalho para os trabalhadores e trabalhadoras da Educação.

O ano de 2016 foi marcado pelo golpe contra a presidenta eleita, Dilma Rousseff, e por novos cortes no orçamento das IFES, gerando manifestações, greves e ocupações por todo o país. Na Unipampa, as mobilizações começaram com o movimento estudantil que posicionou-se contra o corte de 44% no orçamento da instituição e contra as demissões dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas. Ainda assim, em meio aos ataques do governo federal a instituição inaugurou, no ano de 2017, mais dois restaurantes universitários nos campi de Caçapava do Sul e de Itaqui. Outro programa fundamental, implementado no corrente ano foi o Auxílio Emergencial, concedido aos estudantes em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica, com o intuito de suprir as necessidades básicas, no período entre o ingresso na Universidade e a realização do processo seletivo do Plano de Permanência.

Em 2017, ocorreu a primeira Chamada Interna PRAEC, com a proposta de contemplar ações, atividades e projetos nas áreas de Cultura, Esporte, Saúde, Inclusão Digital e Acessibilidade. A ação beneficiou 13 projetos, em oito unidades universitárias. Seguindo a mesma perspectiva, outras ações foram incentivadas pela PRAEC, como "Dia de Saúde no Campus", "Campanhas de Saúde Preventiva", "Ações em Saúde Mental" e Atividades Esportivas.

Diante do cenário de cortes nos orçamentos das universidades federais, a Unipampa, em seu Relatório de Gestão do Exercício de 2018, aponta para a necessidade de "[...] reavaliar os programas de assistência estudantil, pois as limitações orçamentárias vivenciadas apontam para um estrangulamento no financiamento e manutenção da política [...]" (UNIPAMPA, Relatório Integrado de Gestão, 2019, p. 34-35). Relata o aumento significativo de estudantes ingressantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que acaba por impactar nas ações de AE. Nesse sentido, a instituição constata "[...] que são necessárias ações de rearranjo na política de assistência estudantil, uma vez que os valores destinados pelo MEC para a manutenção da Política não comportam o contínuo crescimento da demanda" (UNIPAMPA, Relatório Integrado de Gestão, 2019, p. 80).

A segunda edição da Chamada Interna PRAEC foi realizada em 2018, sendo os dez campi contemplados, totalizando 18 projetos. No ano de 2019, as ações selecionadas por meio desta Chamada Interna foram vinculadas ao edital do Programa de Desenvolvimento Acadêmico – PDA, nas modalidades de ações sociais, culturais e de atenção à diversidade no âmbito da comunidade acadêmica. O número de projetos contemplados foi inferior às edições anteriores, apenas 3 *campi* foram contemplados.

Neste breve panorama da PAE na UNIPAMPA, de sua implementação até o ano de 2019, observamos que as ações da universidade, em sua grande maioria, estão voltadas para o "au-

xílio financeiro". O próprio PDI da instituição (2019-2023) aponta para isto quando apresenta os "Programas da Política de Assistência Estudantil": "Os programas procuram atender o maior número possível de discentes, levando em consideração a preocupação em propiciar auxílio financeiro, de alimentação, de moradia, transporte e creche" (UNIPAMPA, PDI, 2019, p. 68). Para Paula (2017, p. 312),

A política assistencialista que tem sido implementada pelas universidades federais brasileiras baseia-se sobretudo no suporte financeiro aos estudantes carentes, ainda muito aquém da demanda, deixando em plano secundário as suas necessidades de ordem acadêmica, simbólica e existencial, relacionadas a sentimentos de não pertencimento a um ambiente ainda elitista e pouco propício à inclusão.

Assim, as ações pensadas para a saúde física e mental dos estudantes, bem como atividades de esporte, lazer e cultura, propostas como áreas de atuação do PNAES e elencadas na resolução nº 84 da instituição ficaram em segundo plano, dependentes das iniciativas individuais dos servidores mediante a proposição de projetos vinculados ao tripé ensino, pesquisa e extensão. Estas iniciativas longe de serem ações permanentes, caracterizam-se por sua intermitência e eventual concessão de bolsas de desenvolvimento acadêmico. Caracteriza-se mais como políticas e práticas de gestão, profundamente pautadas pela meritocracia e respaldadas na produtividade acadêmica – sobretudo docente – do que como políticas institucionais autônomas e desvinculadas de concessões de fomento interno e externo, tais como FAPERGS, CAPES e CNPq.

Nesse sentido, defendemos a extensão da PAE da instituição para além de questões economicistas que priorizam apenas o suporte financeiro para o desenvolvimento das atividades da vida acadêmica. Questionamo-nos: não estaria na hora de a instituição investir e buscar ações que contemplem todos os discentes em suas mais

variadas necessidades, considerando-se que a permanência e a qualidade de vida do estudante universitário não estão limitadas apenas ao auxílio financeiro? Outros aspectos como política, cultura, saúde, pertencimento, entre outros não fazem parte do universo dos estudantes brasileiros? Nos parece que as políticas públicas de expansão, interiorização e democratização do acesso ao ensino superior, conquanto importantes especialmente por avanços percebidos na primeira década do século XXI, ainda não superaram o abismo existente entre uma universidade de classes e um ensino de e para a elite e outra universidade, esta sim de e para todos e todas (FERNANDES, 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política de Assistência Estudantil brasileira faz parte de um processo histórico de reivindicações, pautado sempre por muita luta de movimentos sociais, que buscam através do ensino superior a ascensão social. Observamos que, apesar das diversas reformas, a educação superior brasileira sempre manteve seu caráter elitizado, atendendo aos interesses da classe dominante e, por sua vez, a política neoliberal tem influenciado na criação e implementação das políticas sociais vigentes, bem como nas concepções de Estado.

Deste modo, podemos verificar que no Brasil a Política de Assistência Estudantil tem se consolidado sem deixar de atender aos interesses do capital e de suas elites econômicas, na medida em que não busca transformar a contradição originária de sua contingência. A partir do ano de 2008 as IFES receberam um aumento considerável na verba destinada à Assistência Estudantil com a chegada do PNAES. Entretanto, foi mantida uma política focalizada, destinada aos que comprovassem serem merecedores da PAE, exigindo condicionalidades e contrapartidas.

É inquestionável que o PNAES representou um

marco histórico para a Política de Assistência Estudantil. No entanto, percebe-se, dialogando com Duarte, Moreno e Bleicher (2019) que o governo brasileiro não avançou no aperfeiçoamento desta política pública e as IFES não avançaram normativamente na construção dos requisitos e mecanismos propostos pelo PNAES. Analisando a trajetória da PAE na UNIPAMPA, constata-se que mesmo a instituição possuindo autonomia para utilizar os recursos do PNAES conforme suas demandas e especificidades regionais, organizando programas e ações de AE particularizados (BRAGA; PRÁ, 2021), esta manteve sua AE voltada para a concessão de auxílios e bolsas.

Nesse sentido, percebe-se que esse formato de bolsa/auxílio, pautado na concessão de recursos financeiros, tem um prisma material. Não tem como foco ações que considerem as condições sociais, culturais, emocionais, pedagógicas e psicológicas que influenciam diretamente na permanência dos estudantes. Compreendemos a importância do PNAES e que sua materialização favorece muitos estudantes que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mas, ainda assim, é necessário que os gestores do Programa Nacional de Assistência Estudantil pensem e efetivem ações que primem de fato pela permanência de grupos historicamente excluídos do ensino superior, para além da concessão de recursos financeiros.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Lucas Pinheiro. **Assistência estudantil na universidade pública: de qual permanência falamos?**. 2018. 151 f. Dissertação (Mestrado) – Programa De Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

ASSIS, Anna Carolina Lili de *et al.* As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista Gestão Universitária na América Latina**

– **GUAL**, Florianópolis, p. 125-146, dez. 2013.

BRAGA, Glauco Pereira de Oliveira e. **Política social e família**: uma análise a partir das universidades federais do sul do Brasil no contexto do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). 2019, 180f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214830>. Acesso em: 13 mar. 2022.

BRAGA, Glauco Pereira de Oliveira e; DAL PRÁ, Keli Regina. Assistência Estudantil: delimitações históricas e o novo quadro na conjuntura brasileira. **Cadernos Cajuína**: Revista Interdisciplinar, Teresina, v. 6, n. 3, p. 5-20, mar. 2021. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/489>. Acesso em: 31 mar. 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 12 set. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **O que é o REUNI**. 2010. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acesso em: 12 set. 2020.

DUARTE, Giovanna Maria; MORENO, Carolina Serrati; BLEICHER, Taís. Assistência Estudantil e Saúde Mental: uma revisão bibliográfica focada na realidade de universidades brasileiras.

In: III CONGRESSO DE SAÚDE MENTAL DA UFSCAR, 3., 2019, São Carlos, SP. **Anais do III Congresso de Saúde Mental da UFSCar: artigos completos**. [Documento Eletrônico]. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2021. p. 158-168. Disponível em: <https://congressosm3.faiufscar.com/anais#/>. Acesso em: 02 abr. 2021.

DURAT, Kleber Rodrigo. **A contradição das classes sociais presente no ensino superior**: considerações sobre a assistência estudantil. 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Toledo. Toledo, 2015.

ÉSTHER, Angelo Brigato. Que universidade? Reflexões sobre a trajetória, identidade e perspectivas da universidade pública brasileira. **Espacio, Tiempo y Educación [on line]**, Salamanca, Espanha, v. 2, nº. 2, p. 197-221, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.espaciotiempoyeducacion.com/ojs/index.php/ete/article/view/57/53>. Acesso em: 10 out. 2020.

ETGES, Virgínia Elisabeta. Mesorregiões Brasileiras: o portal da Metade Sul/RS – MESOSUL. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo, SP. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaregional/09.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2022.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, jul./dez. 2006. FapUNI-FESP (SciELO).

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução?. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 389 p.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-reitores

de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Revista Comemorativa 25 Anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE (org.). Coordenação, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES. – UFU, PROEX, 2012. 212 p.

GENTIL, Viviane Kanitz. **Expansão, interiorização e democratização de acesso a educação superior pública**: o caso da Unipampa. 2017. 287 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, 2017.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, 2012.

LEHER, Roberto. **Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente**: um estudo a partir de Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. 216 p.

MOCELIN, Cassia Engres. Assistência estudantil como política de proteção social: uma possibilidade de seguridade social ampliada e inter-setorial. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano 22, n. 45, p. 239-260, set./dez. 2019. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_45_art_11.pdf. Acesso em: 17 dez 2020.

MOREIRA, Larici Keli Rocha; MOREIRA, Laine Rocha; SOARES, Marta Genú. Educação Superior no Brasil: discussões e reflexões. **Educação Por Escrito**, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 134-150, jan./

jun. 2018. EDIPUCRS.

NASCIMENTO, Clara Martins do. **Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000**. 2013. 157 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro De Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

PASSARINHO, Nathalia. (Londres). Bbc News Brasil em Londres. **Sob ameaça de cortes no governo Bolsonaro, cursos de ciências sociais e humanas concentram diversidade racial**. 09 maio 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48201426>. Acesso em: 13 fev. 2021.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 301-315, jul./ago. 2017.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; SILVA, Luís Fernando Santos Correa da. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO LULA: expansão ou democratização?. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 10-31, jul./dez. 2010.

SANTIAGO, Salomão Nunes. **A Política de assistência estudantil no governo Lula: 2003 a 2010**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.

SANTOS, Andreza de Souza. Sob ameaça de cortes no governo Bolsonaro, cursos de ciências sociais e humanas concentram diversidade racial. [BBC News Brasil em Londres] Nathalia Passarinho. **BBC NEWS**, Brasil, online, 09 maio 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48201426>. Acesso em: 13 de fev. 2021.

SCHER, Aline Juliana; OLIVEIRA, Edson Marques. Acesso e permanência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul: Campus

Realeza/PR. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, [S. l.], v. 25, n. 1, 2020. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/3915>. Acesso em: 16 fev. 2022.

TRINDADE, Hélgio. O discurso da crise e a reforma universitária necessária da universidade brasileira. *In.*: **Las universidades en América Latina: ¿reformadas o alteradas?**. La cosmética del poder financiero. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2003. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101109021739/9trinda-de.pdf>. Acesso em: 07 out. 2020.

UNIPAMPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – 2014-2018**. Bagé: UNIPAMPA, 2013. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/pdi/files/2015/08/PDI_Unipampa_v19_compressed.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

UNIPAMPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – 2019-2023**. Bagé: UNIPAMPA, 2019. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/proplan/files/2019/09/pdi-2019-2023-publicacao.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

UNIPAMPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório de Gestão do Exercício de 2013**. Bagé/RS, 2014. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/proplan/files/2011/04/relatorio-de-gestao-2013_unipampa_versao-1.pdf. Acesso em: 22 fev. 2021.

UNIPAMPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório Integrado de Gestão – Exercício 2018**. Bagé/RS, 2019. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/proplan/files/2019/07/relatorio-de-gestao-unipampa-2018.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2021.

UNIPAMPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. CONSUNI. **Resolução nº 84**, de 30 de outubro de 2014. Bagé: UNIPAMPA/CONSUNI,

2014. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/paec/files/2016/01/res-_84_2014-politica-de-assistencia-estudantilb.pdf. Acesso em: 27 fev. 2021.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361/6598>. Acesso em: 14 fev. 2021.

AS METAMORFOSES DO MUNDO DO TRABALHO E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO

THE METAMORPHOSES OF THE WORLD OF WORK AND ITS REFLECTIONS ON EDUCATION

JANAÍNA DA SILVA GUERRA¹

¹ Assistente Social da Universidade Federal de Pelotas. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas. E-mail: janasguerra2@gmail.com

Resumo: Neste artigo refletimos sobre como as metamorfoses do mundo do trabalho, protagonizadas pelo neoliberalismo dos últimos séculos, têm influenciado diretamente na educação como forma de manter a ideologia dominante. Ou seja, a que reproduz a relação capital-trabalho ao formar uma mão de obra subalterna e fragmentada, dificultando a construção das bases para um outro projeto societário, mais justo e solidário.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Educação. Ideologia dominante.

Abstract: This article reflects on how the metamorphoses of the world of work, led by neoliberalism in recent centuries, have directly influenced education as a way of maintaining a dominant ideology. In other words, the one that reproduces the capital-labor relationship by forming a subaltern and fragmented workforce, making it difficult to build the foundations for another societal project, more just and solidary.

Keywords: Neoliberalism. Education. Dominant ideology.

1 INTRODUÇÃO

O ensaio a seguir busca refletir sobre como as metamorfoses do mundo do trabalho, observadas no capitalismo dos últimos séculos, influenciam diretamente nas políticas de educação dos países periféricos e semiperiféricos.

Transformações estas observadas no campo econômico, político e social e que vêm interferindo de forma negativa também na educação, formando uma classe trabalhadora cada vez mais submissa aos ditames do capitalismo, otimizando sua exploração, acentuando a exclusão e a desigualdade sociais e enfraquecendo clássicos espaços de luta desta classe, a fim de aumentar a acumulação de capital nas mãos de um pequeno grupo.

Primeiramente, procurou-se analisar os modelos que viabilizaram o funcionamento do capitalismo atual, como eles repercutem na organização do trabalho e contribuem para o novo perfil da classe trabalhadora.

Em seguida, traz-se à discussão como estas metamorfoses refletem numa educação que reproduz a relação capital-trabalho, formando mão de obra subalterna e fragmentada, dificultando a construção das bases para um projeto societário mais justo e solidário.

2 O CAPITALISMO DO SÉCULO XX E A CLASSE QUE VIVE DO TRABALHO

O século XX é marcado por significativas transformações na dinâmica econômica do capitalismo. Transformações essas que atingiram o mundo do trabalho, alterando o perfil do antigo trabalhador fabril.

Dentre as transformações ocorridas na polí-

tica econômica mundial pode-se mencionar: a substituição do Keynesianismo pelo neoliberalismo, acompanhados da acumulação flexível que tratou de superar e/ou melhorar o modelo fordista.

O Keynesianismo defendia o que clássicos da economia política liberal, como Adam Smith, condenavam, ou seja, o intervencionismo estatal nas questões econômicas.

As ideias keynesianas surgem em seguida à recessão econômica de 1929, conhecida como a Grande Depressão, tendo esta como consequência de maior relevo o considerável aumento das taxas de desemprego.

John Maynard Keynes (1883-1946), considerado o maior economista do século XX, tratou de explicar as causas do desemprego involuntário e formulou uma nova teoria da demanda agregada, estando esta vinculada ao nível de emprego e da renda dos consumidores, assim como, ao efeito multiplicador dos novos investimentos. Naquela, à medida que a demanda agregada diminuiu, diminuiu também a possibilidade de novos investimentos por parte das empresas.

Com isto, Keynes, lembrado por Szmercsayni (1984), remete toda sua atenção aos consumidores, que na época tinham seu poder de compra deficitário e é neste sentido que propõe uma maior intervenção do Estado na geração e canalização dos investimentos, através do controle dos meios de pagamento e da taxa de juros.

Henry Ford (1863-1947) com seu sistema de produção em massa – centrado no conceito de linha de montagem, onde o trabalhador move-se o mínimo possível dentro da fábrica, havendo uma economia de tempo e um aumento no ritmo da produção – criou produtos padronizados, possibilitando seu barateamento, atingindo

assim um maior número de consumidores. Além disso, oportunizou melhores salários aos seus operários, tornando-os também consumidores dos veículos Ford.

Para Ford não bastava que apenas em suas fábricas houvesse aquelas práticas, era necessário que as demais empresas aderissem ao mesmo sistema. Para isto, Ford, assim como Keynes, era favorável ao intervencionismo estatal.

Porém, a partir da década de 1970, tanto o Keynesianismo quanto o fordismo vão perdendo importância no contexto mundial, visto que eles não ofereciam subsídios suficientes para suportar as contradições próprias do capitalismo.

O Keynesianismo mostra-se insuficiente para conter os altos índices de inflação, já que a intervenção do Estado, a fim de aumentar os recursos para investimentos, resultou em demasiados gastos públicos.

No caso do fordismo, o que contribuiu para seu enfraquecimento foi sua inflexibilidade, onde "a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa [...], rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho" (HARVEY, 1993, p.135), além da conquista de direitos trabalhistas pela ação sindical etc., prejudicaram consideravelmente a acumulação do capital dando-se, assim, início a transição à acumulação flexível.

Essa última, segundo Harvey,

se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação

comercial, tecnológica e organizacional. Ela envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas" (1993, p.140).

Visualizadas as insuficiências do modelo "fordista-keynesiano", abre-se espaço às ideias neoliberais protagonizadas por pensadores como Friedrich Hayek e Milton Friedman.

O livro *O caminho da servidão* de Hayek "trata de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado" (ANDERSON, 1995, p.09) e torna-se um marco literário do pensamento neoliberal.

Inúmeros fatores político-econômicos contribuíram para a substituição do modelo fordista-keynesiano: a ruptura do acordo de Bretton Woods (1971), a crise do petróleo, a alta da inflação, a perda de consumo, entre outros fatores que geraram a recessão de 1973, acompanhados das vitórias eleitorais de Margareth Thatcher (1979) na Inglaterra e Ronald Reagan (1980) nos Estados Unidos marcaram e acabaram por materializar o neoliberalismo, cuja consolidação ideológica dá-se com a queda do socialismo soviético na década de 90¹.

A dominação política é estabelecida através da criação de instituições com caráter global – onde a maioria dá-se no período "fordista-Keynesiano", mas que se estende ao modelo neoliberal – como: o Banco Mundial (1944), FMI - Fundo Monetário Internacional (1945), ONU - Organização das Nações Unidas (1945), OMC - Organização Mundial do Comércio (1995).

A criação destas instituições acirra a diferença

¹ Ver também, a respeito dos acontecimentos que possibilitaram a transição do modelo "fordista-Keynesiano" para o neoliberalismo e a acumulação flexível nas obras de David Harvey: *Condição Pós-moderna*, e de Emir Sader e Pablo Gentili (Org.) *Pós-neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático*.

entre os países centrais e os periféricos e semiperiféricos, pois as mesmas – apesar de transparecer um caráter “democrático” – são controladas pelos países centrais, onde os demais ficam à mercê de suas determinações ao contraírem dívidas junto a algumas delas, o que mantém a hegemonia dos países avançados na política econômica mundial.

Os neoliberais – que retomam ideais da economia clássica – eram veementemente contra o intervencionismo do Estado nas questões econômicas, pois “argumentavam que o novo igualitarismo [...] deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos” (ANDERSON, 1995, p.10). Para eles era necessário que as ações do Estado se limitassem a “romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro” (*ibidem*, p.11), mas não mais fossem dirigidas a gastos sociais que interferissem na economia.

O desemprego, por exemplo, que no surgimento das ideias Keynesianas era a fonte das preocupações econômicas, para os neoliberais tratava-se de uma característica natural do sistema capitalista, reestruturando-se assim o conhecido **exército industrial de reserva** (Marx, 1996), havendo, portanto, um melhoramento funcional do sistema.

A organização produtiva no capitalismo da era neoliberal é caracterizada pelo toyotismo², no qual observa-se a mecanização flexível, onde a produção em massa é abandonada visto que se produz para mercados segmentados, a mão de obra passa de especializada à multifuncional, a busca

pela qualidade total faz com que sejam avaliadas todas as etapas de produção, e é criado um sistema, conhecido como **just in time**, em que se diminuem os estoques, cujo objetivo é produzir o que está sendo demandado.

Com isto, a flexibilização nas relações de trabalho abre as portas para o mercado informal, para o subemprego, a subcontratação, a terceirização, o trabalho temporário, ocasionando também o enfraquecimento das leis de amparo ao trabalhador, resultado de lutas históricas da classe trabalhadora.

Assim, modifica-se o perfil da classe trabalhadora que pode – como propõe Antunes (2006) – ser chamada de “a classe-que-vive-do-trabalho”, abrangendo não somente o trabalhador industrial, mas todos os não detentores dos meios de produção.

Quanto aos sindicatos, que na era “fordista-keynesiana” viam-se fortalecidos, no neoliberalismo, com a acumulação flexível, entram em crise. Isto porque, com o aumento do desemprego, do trabalho terceirizado, do subemprego etc., a filiação em sindicatos é minimizada, e aqueles trabalhadores que permanecem incluídos no mercado formal, veem-se desmobilizados, ocorrendo com isso o desmantelamento de sua organização enquanto classe.

Além disso, a maioria dos sindicatos perde o seu caráter combativo e defensor da classe trabalhadora à medida que suas ações se destinam apenas a mediar e/ou reprimir conflitos. Alguns tornam-se “massa de manobra” do Estado burguês³ e do grande capital, cooptam trabalhadores

2 O Toyotismo surge na fábrica da Toyota Motor Corporation, localizada no Japão e foi elaborado por Taiichi Ohno.

3 No livro **O Estado e a Revolução**, Lênin relata que: “Para Marx, o Estado é um órgão de **dominação** de classe, um órgão de **submissão** de uma classe por outra, é a criação de uma ‘ordem’ que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes [...] Como o Estado nasceu da necessidade de refrear os antagonismos de classe, no próprio conflito dessas classes, resulta, em princípio, que o estado é sempre o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, que também graças a ele, se torna a classe politicamente dominante e adquire, assim, novos meios de oprimir e explorar a classe dominada” (1987, p.10-16).

impedindo sua organização em outros espaços de enfrentamento, como, por exemplo, os movimentos sociais.

Outro aspecto interessante é que apesar de haver uma forte mudança no perfil da classe trabalhadora, o sindicalismo não acompanhou essa mudança, não criando formas de aglutinar trabalhadores além daqueles inseridos no mercado formal.

Antunes lembrando Visser coloca que “o sindicalismo tem encontrado dificuldade para incorporar as mulheres, os empregados de escritório, os que trabalham no setor de serviços mercantis, os empregados de pequenas empresas e os trabalhadores em tempo parcial” (2006, p.70).

Na acumulação flexível vê-se também o fortalecimento do sistema financeiro, como pode ser mais bem observado na citação de Harvey:

A acumulação flexível evidentemente procura o capital financeiro como poder coordenador mais do que o fordismo o fazia. Isso significa que a potencialidade de formação de crises financeiras e monetárias autônomas e independentes é muito maior do que antes, apesar de o sistema financeiro ter mais condições de minimizar os riscos através da diversificação e da rápida transferência de fundos de empresas, regiões e setores em decadência para empresas, regiões e setores lucrativos (1993, p.155).

Impulsionada pela globalização da economia, a livre concorrência entre empresas dá lugar à concorrência entre oligopólios⁴ com perfis multinacionais e transnacionais, acabando assim, por “esmagar” empresas que não conseguem competir.

Conjuntamente, a inovação tecnológica possibilitou que grandes corporações exercessem seu controle em todas as partes do globo e sob outras empresas, sem que isto despendesse custos burocráticos.

É o que nos mostra Chesnais quando coloca que:

a fusão das tecnologias de telecomunicações e de informática e o surgimento da teleinformática permitiram às grandes companhias gerenciar melhor as economias de custos de transação, obtidas pela integração, e reduzir ‘custos burocráticos’ associados a sua internacionalização. Essas novas tecnologias tornam possível também uma melhor gestão das numerosas ‘novas relações’ por meios das quais a grande companhia pode estabelecer um controle estrito sobre parte das operações de outra empresa, sem precisar absorvê-la. Essa é a originalidade das empresas-rede (1996, p.104-5).

Observa-se no novo modelo, uma pandemia de privatizações do setor público com o apoio de governos neoliberais, que facilitam a instalação das multinacionais em países periféricos ou semiperiféricos através da isenção de impostos, criação de cursos profissionalizantes com perfil predeterminado pela empresa, espaço físico adequado, com melhoramento das rodovias etc.

Porém, mesmo com os preceitos neoliberais de não intervenção estatal e naturalização do desemprego, o Estado não se limita apenas às funções de enfraquecer sindicatos e controle monetário, sem intervenção econômica. Ele permanece como estrutura sólida da qual a classe dominante necessita para manter-se hegemônica, pois a “‘mão invisível’ do mercado, de Adam Smith, nunca bastou por si mesma para garantir

4 Segundo Furtado, o oligopólio “permite que um pequeno grupo de grandes firmas criem barreiras à entrada de outras em um setor de atividade econômica e administrem conjuntamente os preços de certos produtos, conservando, contudo, autonomia financeira, tecnológica e administrativa” (1974, p.29-30).

um crescimento estável ao capitalismo, mesmo quando as instituições de apoio funcionam adequadamente" (HARVEY, 1993, p.118).

Vê-se, então, que na nova "roupagem" do capitalismo também "as funções **políticas** do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções **econômicas**", pois o sistema oligopolista necessita de "um vetor extra-econômico para assegurar seus objetivos estritamente econômicos" (NETTO, 2005, p.25).

Portanto, vale dizer que "o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível de suas finalidades econômicas, o 'comitê executivo' da burguesia monopolista – opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital" (NETTO, 2005, p.26).

Neste cenário, os níveis de desemprego elevam-se consideravelmente, elevando-se também os gastos sociais com seu controle por parte do Estado. Vê-se aí que as medidas adotadas pelo Welfare State, também repudiadas pelos neoliberais, mantêm-se de certa forma presente, com o intuito de tornar este modelo viável.

Então, observadas as metamorfoses que ocorrem com o modelo neoliberal, de que forma elas refletem na educação e nos seus sujeitos? No tópico a seguir tentamos, ainda que sucintamente, desvelar sobre o quanto tal modelo precisa também das instituições de ensino para manter-se hegemônico.

3 OS REFLEXOS DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO

Neste segundo tópico partimos da premissa de que a educação é o caminho para o futuro de uma nação. Mas é preciso questionar-se sobre que nação queremos e qual educação é condição para a sua construção. Para tal, faz-se ne-

cessário sim considerar as metamorfoses no mundo do trabalho, analisar a nova roupagem do capitalismo e seus reflexos implacáveis na educação dos países periféricos e semiperiféricos.

No Brasil, a educação está no rol de políticas sociais públicas que é direito de todos, todas e do dever do Estado. A partir disso temos duas importantes preocupações: 1ª) vivemos a era do neoliberalismo com a noção de Estado mínimo e, portanto, há um enxugamento dos gastos públicos, com a conseqüente mercantilização da educação, principalmente a superior; 2ª) a educação dentro do capitalismo, independente se no liberalismo, estado de bem-estar social, neoliberalismo, sempre servirá para atender aos interesses do grande capital e a perpetuação do sistema.

Nas palavras de Mészáros, a educação "tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classe" (2008, p. 15).

A mercantilização da educação que tem ganhado força no capitalismo dos últimos dois séculos afeta escolas e universidades desde seus programas político-pedagógicos, que seguem a cartilha neoliberal de um ensino voltado para a competitividade, preparação para o trabalho, até os/as profissionais que, além de terem que cumprir aquela cartilha, trabalham num clima de insegurança devido à flexibilização e terceirização às quais estão submetidos/as.

Obviamente que um projeto político-pedagógico voltado para a reprodução do capital, com profissionais inseguros/as e cansados/as, reflete na qualidade do ensino, na forma como conteúdos são repassados e, portanto, no interesse dos/as estudantes em permanecer nas instituições de ensino, já que "tanto as palavras, quanto os textos das cartilhas nada têm que ver com a experiência existencial dos estudantes" (FREIRE, 1981, p. 14).

Com o enxugamento da máquina pública que traz a ideia defendida por Friedman de desestatização do ensino, dentro da perspectiva do livre mercado, e consequente desoneração do Estado (AHLERT, 2005) o que temos visto é a migração de um número cada vez maior de estudantes para instituições privadas, tanto no ensino básico quanto no superior.

Ahlert resume muito bem as ideias de Friedman e Hayek para a educação dentro do neoliberalismo quando pontua que ambos "atacam o gigantismo do Estado e propõem sua redução ao máximo para dar toda a liberdade ao mercado." (2005, p. 130)

Para Hayek e Friedman, o Estado não pode ser o responsável por algo de cunho individual, como a educação. (AHLERT, 2005) A sociedade como um todo não pode arcar com gastos destinados a alguns. Neste sentido, a educação deixa de ser um investimento do Estado que acaba por refletir no conjunto da sociedade e passa a ser apenas mais um gasto.

Pais, mães e responsáveis preocupados/as com uma educação de qualidade para seus/suas filhos/as reforçam ainda mais este cenário. Ao invés de exigirem do Estado maior financiamento nesta área, reproduzem a ideologia dominante de que o ensino público é de inferior qualidade, e pagam o preço que for por escolas que têm seu projeto, na maioria das vezes, voltados a cumprir com as novas expressões do capitalismo: o neoliberalismo e a **pedagogia toyotista** (KUENZER, 2004)⁵.

A educação, dentro deste contexto, cumpre papel fundamental para a reprodução da ideologia capitalista neoliberal através de meios e espaços alienantes. As instituições escola e universidade têm servido como esses espaços, onde temos ali a formação da consciência vol-

tada para àquela reprodução e a preparação de uma mão de obra que corrobora cada vez mais com o livre mercado, ou seja, "está destinada a criar em pouco tempo, a baixo custo e em baixo nível, um exército alfabetizado e letrado de reserva" (BRANDÃO *apud* CHAUI, 1985, p.57-60)

Também dentro do trabalho elaborado por Ahlert (2005) vemos que

os governos liberais passaram a intervir sobre o sistema educacional consorciados com as empresas privadas. Buscou-se fazer isto de duas formas: direcionando a formação para atender aos objetivos da produção capitalista, preparando pessoas para o local de trabalho, com uma visão meramente tecnológica, e, por outro lado, usa-se também a educação como meio para a difusão do liberalismo como a única forma de organização social por meio da livre iniciativa e do livre mercado. (p. 134).

Streck (2009), em seu artigo **Educação e Transformação Social hoje: alguns desafios político-pedagógicos** aborda o desinteresse e a evasão do ambiente escolar. Ele enfatiza essa falta de vontade tanto dos/as professores/as quanto dos/as alunos/as dentro de um ambiente em que não se enxergam, do qual não se sentem pertencentes. Fala "na dificuldade de a escola 'fazer' caber dentro de si todas as culturas de um lugar. Nesse sentido, Freire já alertava para o fato de que a evasão é mais propriamente uma expulsão das crianças, especialmente os meninos das classes pobres". (STRECK, 2009, p. 94)

Também Streck (2009) traz na mesma obra a importante influência do Consenso de Washington enquanto cartilha neoliberal de desenvolvimento dos países periféricos e semiperiféricos e que, particularmente, na área da educação, reduz os espaços de ensino a meros reprodutores da

5 Kuenzer (2004) faz importante reflexão sobre como os paradigmas taylorista/fordista e o toyotista influenciam diretamente nos projetos político-pedagógicos dentro dos espaços de ensino. Ver: **Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho**. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. & SANFELICE, J. L. (Orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação**. 2. ed. rev. – Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2004.

lógica da produtividade e do aperfeiçoamento, transformando a escola em empresa e os professores em gestores.

Kuenzer ao abordar a fragmentação como fundamento da nova forma com a qual se configura o trabalho, menciona Marx e Engels no sentido de que “a divisão capitalista faz com que a atividade intelectual e material, o gozo e o trabalho, a produção e o consumo caibam a indivíduos distintos, tanto as relações sociais e produtivas como a escola, educam o trabalhador para esta divisão”. (2004, p. 3)

A autora segue seu raciocínio afirmando que dentro dessa fragmentação do trabalho, a instituição escola serve como espaço alienante e reproduzidor da ideologia dominante na medida em que

se constituiu historicamente como uma das formas de materialização desta divisão, ou seja, como o espaço por excelência, do acesso ao saber teórico, divorciado da práxis, representação abstrata feita pelo pensamento humano, e que corresponde a uma forma peculiar de sistematização, elaborada a partir da cultura de uma classe social [...] Assim a escola, fruto da prática fragmentada, expressa e reproduz esta fragmentação, através de seus conteúdos, métodos e formas de organização e gestão. (KUENZER, 2004, p.3).

Importante mencionar que o capitalismo, agora dentro da perspectiva neoliberal e da **pedagogia toyotista**, se apropria dos princípios de uma pedagogia transformadora, construída historicamente nos espaços ocupados pela esquerda, para mais uma vez ofuscar a relação de exploração capital-trabalho. No contexto de acumulação flexível a classe trabalhadora se vê envolvida numa relação de aparência que a faz crer ser parte do processo, faz sentir-se valorizada,

com seus interesses contemplados. (KUENZER, 2004).

Mais uma vez aos (às) trabalhadores (as) de um modo geral, mas aqui especificamente os (as) da educação, acabam por reproduzir uma visão de mundo construída historicamente como sendo sua, e “a ideologia pequeno-burguesa que os ‘atravessou’, em sua condição de classe, interfere no que deveria ser a sua prática revolucionária, que se torna assim contraditória de sua expressão verbal” (FREIRE, 1981, p. 141).

Aqui faz-se necessário trazer o conceito de **invasão cultural**⁶ como prática que mantém uma relação hierárquica entre o (a) que “educa” e o (a) “educando” (a) (FREIRE, 1992). Conceito este que é reproduzido hegemonicamente em todas as instituições das quais fazemos parte ao longo da vida, seja na família, escola ou trabalho.

Ainda que a proposta desse trabalho não tenha sido refletir sobre os caminhos necessários para romper com este ciclo que reproduz a lógica dominante, mas sim apenas uma revisão teórica sobre o quanto as metamorfoses do mundo do trabalho estão diretamente vinculadas e, mais que isso, utilizam-se de espaços de ensino, para perpetuar o capitalismo, sua ideologia, é importante trazer três desafios apontados por Streck (2009), dentro de uma corrente freiriana, para que possamos pensar caminhos de superação dessa realidade.

O primeiro passo seria **escutar as vozes do dissenso** que se manifestam como resistência, quer dizer: dar voz, construir espaços coletivos que possibilitem o encontro de todos, todas e todos silenciados/as/es e invisibilizados/as/es pelo sistema que tem a dicotomia exclusão/inclusão⁷ como uma de suas bases fundantes,

6 Aquela onde “o primeiro [invasor] atua, os segundos [invadidos] têm a ilusão de que atuam na atuação do primeiro; este diz a palavra; os segundos, proibidos de dizer a sua, escutam a palavra do primeiro. O invasor pensa, na melhor das hipóteses, sobre os segundos, jamais com eles; estes são ‘pensados’ por aqueles. O invasor prescreve; os invadidos são pacientes à prescrição”. (1992, p. 41-2).

7 Para melhor entendimento da relação exclusão/inclusão necessária para a manutenção do capitalismo ler OLIVEIRA, Avelino da Rosa. **Marx e a exclusão**. Pelotas: Seiva, 2004.

a fim de construir **estratégias pedagógicas** que contemplem as pautas daquelas vozes.

Depois, **transformar o espaço educacional em um ethos humanizador**. Este ethos, segundo o autor, assemelha-se à construção de uma casa, que precisa ser sonhada, considerando a vida e relações sociais concretas das e entre as pessoas; projetada, nesta fase entraria então o conhecimento técnico a partir da realidade econômica, política e social que se apresenta; e por último, cuidada, através da amorosidade, precisamos resgatar o amor às pessoas e ao mundo que nos acolhe.

E finalmente, **assumir a convivência de temporalidades**, a educação é uma construção histórica e se faz através do encontro dos tempos passado, presente e futuro. Não podemos pensar numa educação sem considerar as diversas culturas, realidades econômicas e sociais, as visões de mundo que se encontram nos espaços de ensino. Aqui Streck (2009) traz o conceito de transmodernidade, de Enrique Dussel, que não é nem modernidade, pois ela promoveu a invisibilidade e o silenciamento do outro e nem pós-modernidade, "porque paradoxalmente esta modernidade desenvolveu um princípio emancipatório que foi e continua sendo importante para a nossa realidade. A transmodernidade é a possibilidade de pensar além de uma e de outra" (2009, p. 97).

Pensar estratégias de ruptura com a ideologia dominante significa reconhecer que somos produto das relações externas concretas que interiorizamos no decorrer das nossas vidas, seja através da família, da escola, do trabalho etc.⁸. Portanto, nossa visão de mundo é influenciada

8 Sobre a forma como interiorizamos e reproduzimos a ideologia dominante como uma visão de mundo própria nossa e como se dá a construção do conhecimento crítico, ler Luis. **O Dilema de Hamlet**: o ser e o não ser da consciência. São Paulo: Viramundo, 2002. E IASI, Mauro. **Processo de Consciência**. 2. ed. São Paulo: CPV, 2001.

por espaços que sistematicamente reproduzem a lógica do capital.

O neoliberalismo e as instituições que estão a seu serviço, dentre elas o próprio Estado, tem na educação espaços oportunos para manter sua hegemonia, então, as mudanças na categoria trabalho precisam estar atreladas às bases curriculares de ensino para que a engrenagem funcione.

Ainda assim, a história nos comprova que nem tudo é imutável, somos seres em constante transformação. Isso quer dizer que é importante construir espaços instigadores de uma outra cultura. Cultura essa construída a partir da base, do coletivo, capaz de dialogar com todos os saberes, raças, etnias. Espaços onde as pessoas se reconheçam como classe oprimida, identifiquem-se umas com as outras, identifiquem suas dores, suas lutas, seus clamores e, para além disso, construam alternativas concretas que possibilitem arquitetar um outro projeto societário.

4 CONCLUSÃO

A título de conclusão, reitera-se que com o neoliberalismo e com a acumulação flexível houve modificações no mundo do trabalho que resultaram na fragmentação da classe trabalhadora.

O trabalho precarizado, parcial, terceirizado e o desemprego estrutural contribuíram para a desmobilização das classes subalternas, cujos espaços tradicionais de aglutinação e luta destas classes enfraqueceram-se e perderam seu caráter de enfrentamento ao grande capital.

Estas modificações não se restringiram às questões econômicas, estenderam-se para o campo político e social, tendo a educação a base para formar uma classe a serviço do capital, pa-

ciente com a flexibilização de direitos e que não se encontra na luta.

Como vimos, a avalanche neoliberal, por meio de instituições verticalizadas que determinam, direcionam as políticas de educação dos países periféricos e semiperiféricos, entre outras coisas, precariza a mão de obra dos/as trabalhadores/as da educação e isso reflete diretamente nos/as estudantes e no seu interesse pelo espaço da sala de aula, principalmente entre àqueles/as oriundos/as das classes populares.

Mesmo com a materialização daquelas transformações, vê-se que existem lacunas que devem ser consideradas quando se tem como horizonte o processo de construção do conhecimento crítico pela classe trabalhadora e por aqueles/as que são comprometidos/as com esta classe.

É importante ressaltar a construção de espaços que possibilitem uma ruptura com a consciência ingênua na medida em que permitem aos/as trabalhadores/as da educação e estudantes discutir coletivamente acerca dos fatores que propiciaram sua condição de subalternidade fazendo assim, emergir as contradições próprias do sistema.

Por último, entendemos que a emancipação das classes populares é fruto da capacidade que elas mesmas terão de construir sua consciência de classe a partir de um processo coletivo, pois “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1992, p. 52).

REFERÊNCIAS

Ahlert, Alvorí. O neoliberalismo e as políticas educacionais no Brasil nas décadas de 1980 e 1990. **Horizonte** – Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 4, n. 7, p. 125-140, dez. 2005.

DOI: 10.5752/531. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/307713902_O_neoliberalismo_e_as_politicas_educacionais_no_Brasil_nas_decadas_de_1980_e_1990. Acesso em: 15 fev. 2022.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 09-23.

ANTUNES, R. L. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

CHAUÍ, M. d. S. O que é ser educador hoje? Da arte à ciência: a morte do educador. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **O Educador. Vida e Morte**. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. p. 51-70.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: xamã, 1996.

FREIRE, P. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 149 p.

_____. **Extensão ou Comunicação?** Tradução: Rosisca Darcy de Oliveira. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. v. 24. (Coleção O mundo hoje)

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

KUENZER, A. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J. C. *et al.* (Orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação**. 2. ed. rev. – Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2004.

LÊNIN, V. **O Estado e a Revolução**. Tradução de Aristides Lobo. São Paulo: Hucitec, 1987. (Clássicos)

MARX, K. A Mercadoria. In: _____. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Tradução: Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v.1, cap. 1, p. 45-70. (Os Economistas). Título Original: Das Kapital – Kritik der Politischen Konomie.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do Trabalho)

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

STRECK, D. Educação e transformação social hoje: alguns desafios político-pedagógicos. **Revista Lusófona de Educação**. n.13, p. 89-100, 2009. ISSN 1645-7250. Disponível em: <https://scielo.pt/pdf/rle/n13/13a06.pdf> Acesso em: 20 fev. 2022.

SZMRECSÁNYI, T. (Org.). **John Maynard Keynes: Economia**. Tradução: Miriam Moreira Leite. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984.

A VIDA NA GRAÇA E AS IMPLICAÇÕES TEOLÓGICO- PASTORAIS NA VIDA PRESBITERAL

LIFE IN GRACE AND THE THEOLOGICAL-PASTORAL IMPLICATIONS FOR PRIESTLY LIFE

WILLIAM AMARAL NUNES

Licenciado em Filosofia/UFPEL e Bacharel em Teologia/UCPEL. Diácono da Arquidiocese de Pelotas/RS. E-mail: williamnunes@gmail.com

CÉSAR AUGUSTO COSTA

Professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos/UCPEL. Professor nos Cursos de Teologia (Área: Teologia Sistemática) e Filosofia da Universidade Católica de Pelotas. E-mail: sociologors@gmail.com

Resumo: O presente artigo visará discutir as implicações teológico-pastorais da Teologia da Graça na vida do presbítero à luz do itinerário sobre a Graça divina, sua relação com natureza e liberdade, de maneira a compreender a sua ação na vida presbiteral. Para alcançar nosso objetivo, que será feito através da pesquisa bibliográfica, percorreremos o âmbito do debate sobre a Graça a partir da Tradição da Igreja, com destaque as reflexões de Gregório Magno em sua *Regra Pastoral* e João Crisóstomo na obra *Sobre o Sacerdócio* e ainda no Magistério da Igreja, com as contribuições do Concílio Vaticano II (1962-65), a Exortação *Pastor Dabo Vobis* (1992) e mais tarde, o Documento da Conferência de Aparecida (2007) que trazem relevantes sistematizações para o tema do ministério ordenado. Ao fim, abordaremos as questões atuais que envolvem o tema, a fim de oferecer uma maior compreensão sobre a ação da graça na vida da Igreja através de seus ministros ordenados.

Palavras-chave: Teologia da Graça. Magistério. Vida presbiteral.

Abstract: The present article will aim to discuss the theological-pastoral implications of the Theology of Grace in the life of the priest in the light of the itinerary on divine Grace, its relationship with nature and freedom, in order to understand its action in priestly life. In order to reach our objective, which will be done through bibliographical research, we will go through the debate about Grace from the Tradition of the Church, with emphasis on the reflections of Gregory the Great in his Pastoral Rule and John Chrysostom in his work *On the Priesthood*, and also in the Magisterium of the Church, with the contributions of the Second Vatican Council (1962-65), the Exhortation *Pastor Dabo Vobis* (1992) and later, the Document of the Conference of Aparecida (2007), which bring relevant systematizations for the theme of the ordained ministry. Finally, we will address the current issues surrounding the theme in order to offer a greater understanding of the action of grace in the life of the Church through its ordained ministers.

Keywords: Theology of Grace. Magisterium. Priestly Life.

1 INTRODUÇÃO

A vida na graça é um dos temas que permearam os debates teológicos durante séculos na história da Igreja, a partir de um agir gracioso de Deus para com o homem. Tal discussão é pensada desde a criação até as elaborações mais sofisticadas de grandes teólogos do período patrístico, tais como Gregório Magno em sua "*Carta Pastoral*" e João Crisóstomo em "*Sobre o sacerdócio*" que são relevantes para o tema do ministério ordenado.

Podemos indagar, porque entre os séculos de elaboração de uma teologia da graça, escolhemos autores, santos e doutores, do período patrístico? Entendemos que, grande parte do pensamento do Concílio Vaticano II (1962-65) tomou por base, as fontes bíblicas e patrísticas para embasar suas elaborações teológicas.

Exatamente na visão dos documentos do Concílio Vaticano II e em alguns documentos pós-conciliares, entraremos na discussão deste texto, sobre a vida da graça na Igreja e no ministério presbiteral. Sabemos que o batismo nos torna filhos de Deus, assembleia santa, sacerdócio régio, com a missão profética de anunciar a boa nova do Evangelho como aponta a constituição dogmática *Lumen Gentium*.

Desse modo, o presente artigo visará debater a Teologia da Graça a partir da Tradição e das contribuições do Magistério à luz da pesquisa bibliográfica. O intuito é percorrer o itinerário de elaboração do enfoque sobre a Graça divina, sua relação com natureza e liberdade, buscando compreender a sua ação na vida presbiteral. Ao fim, buscará contemplar as implicações da graça na vida do presbítero à luz do Vaticano II e dos documentos pós-conciliares, e as questões atuais que envolvem, a fim de oferecer uma maior compreensão sobre a ação da graça, na vida da Igreja através de seus ministros ordenados.

2 SÃO GREGÓRIO MAGNO: A GRAÇA A PARTIR DA REGRA PASTORAL

São Gregório Magno, foi um grande Padre da igreja, do ocidente, que compôs em seu tempo um Tratado sobre a vida do presbítero. Na concepção de Gregório, o presbítero é chamado a ser um canal da graça de Deus, seu fiel dispenseiro, é ele quem através dos sacramentos, sinais visíveis, da graça invisível, levam os homens a trilhar o caminho do bem.

Iremos nos debruçar, aqui, sobre alguns aspectos apresentados por São Gregório Magno, em sua obra intitulada *Regra Pastoral*. A obra apresenta um modelo a ser seguido por aqueles que, na Igreja, foram chamados a ser pastores a partir de tudo que envolve o agir pastoral dos presbíteros.

Gregório nasceu em família cristã romana por volta do ano 540, desde tenra idade mostrou grande capacidade intelectual. Não é certo, mas alguns biógrafos afirmam que ele teria sido um retórico e estudado direito romano. Por volta do ano 574, e após ter sido prefeito de Roma, Gregório decidiu retirar-se como monge, fundando um mosteiro na casa de seus pais.

Em 1590, foi eleito pontífice tendo governado a Igreja por quatorze anos. Uma de suas mais notáveis obras é a *Regra Pastoral*, onde trata da vida e da missão dos pastores.

A *Regra Pastoral* expressa a grande preocupação de Gregório Magno com a vida e com os ministérios dos pastores e a condução das ovelhas a quem são destinados. A primeira preocupação deste grande Padre da igreja foi deixar claro, a quem o ministério pastoral deve ser confiado. Ele ressalta que avarentos, orgulhosos, soberbos e outros tipos de temperamentos, não deveriam existir naqueles que assumem o mi-

nistério pastoral, mas também, se preocupa com aqueles que se entregando de maneira exacerbada às atividades do ministério, descuidam-se da saúde do espírito.

A virtude da humildade deve ser a característica fundamental para aquele que almeja o ministério.

Há também alguns que aprofundam, com muita atenção, os ensinamentos do Espírito, mas depois pisoteiam, com a própria conduta de vida, o que conseguem compreender com a inteligência; e ei-los facilmente ensinando o que aprenderam com o estudo, mas não com a prática. O que pregam com as suas palavras, contradizem com as suas ações. Assim acontece que, quando um pastor caminha por despenhadeiros, o rebanho o segue até o precipício. Por isso, o Senhor se lamenta da desprezível ciência dos Pastores, dizendo por meio do profeta: Enquanto vós bebeis água limpa, turvais o resto com os vossos pés e as minhas ovelhas se nutriam de quanto háveis pisoteado com os vossos pés e bebiam a água que os vossos pés haviam turvado. (GREGÓRIO MAGNO, 2010, p. 23).

Esta é uma das preocupações, do grande Padre da igreja, que os pastores não sejam apenas homens da letra, mas que tenham a alma cheia do Espírito para alinhar, fé e vida, na condução do rebanho. Isso está entre as preocupações da Regra Pastoral, para que as ações do presbítero estejam alinhadas com a dignidade da missão que receberam.

Pois, como afirma o próprio autor “[...] ninguém causa maior dano à Igreja do que aquele que, tendo um título e uma posição que comportam santidade, vive uma vida corrupta.” (2010, p. 23).

A usurpação do ministério, que segundo Gregório é dom gratuito, não deve ser usado para alcançar cargos ou funções elevadas, mas pelo

contrário, deve ser um caminho de humildade e conformidade com a vontade de Deus e a graça recebida. Uma vez que, o próprio Senhor Jesus, sendo Deus e mediador dos homens, não quis sobre a Terra usurpar de sua condição para receber as honrarias deste mundo.

Frente a isso, podemos dizer que o autor da Regra Pastoral, quer demonstrar a dignidade do ministério dos pastores e a grande responsabilidade que aqueles, que por graça e misericórdia receberam essa missão, devem desempenhar, segundo o exemplo daquele que é fonte do ministério sacerdotal, Jesus Cristo.

Dessa maneira, as virtudes necessárias para a personalidade do presbítero, são aquelas que se opõem à ganância, à presunção e outras da mesma ordem. Segundo Tutas,

Contrárias às virtudes que devem caracterizar a personalidade do presbítero, colocam-se a inveja e a ambição, temas que retornam tanto no pensamento de Crisóstomo como no de Gregório Magno. Ambos observam que os critérios inspiradores para a eleição são vários e visam mais aos interesses do que às virtudes da alma. (TUTAS, 2015, p. 514).

Por isso, Gregório se preocupa em desaconselhar a assumir o ministério, aqueles que não possuem a virtude da humildade, mas com ganância desejam fazer de sua posição uma escada para cargos mais elevados.

A discussão sobre os vícios a serem evitados ou sanados naqueles que querem abraçar o ministério será vasta. Oferecemos aqui algumas das principais questões levantadas por este santo Padre. Passaremos, agora, aquelas virtudes necessárias para bem exercer esse ministério.

O capítulo X da **Regra Pastoral** começa com a seguinte pergunta, “Quem deve assumir o gover-

no das almas?" ao passo que a resposta será de imediato, que este está reservado para aqueles que mortificam a carne e vivem no Espírito, que não buscam as vantagens deste mundo, que são fortes na tribulação e almejam o crescimento interior.

Gregório oferece uma lista de virtudes a serem trabalhadas na vida daqueles que foram chamados, por graça e não mérito, para o exercício do ministério pastoral.

Uma inata bondade o inclina a perdoar, mas não transige o que é justo, sendo mais indulgente do que convém. Nada comete de ilícito, mas deplora como próprio o mal cometido pelos outros. Compadece-se pela fraqueza dos outros, com todo o afeto do seu coração, e se alegra com o bem do próximo, assim como se alegra com o seu. Tudo o que ele faz é, para os outros, um exemplo atraente, de modo que não tem de que se envergonhar diante deles, nem mesmo de fatos passados. (GREGÓRIO, 2010, p. 29).

O que o autor deseja é lembrar que aqueles que são escolhidos e chamados por Deus, devem viver uma vida condigna com a sublimidade de sua vocação. Uma vez que, o presbítero, é aquele que, entre Deus e os homens, intercede e pede as graças necessárias para si e para seu povo. E que é capaz "de irrigar com as águas de um belo ensinamento, os corações sedentos de sentido" (2010, p. 29).

Nesse papel de intercessor, Gregório demonstra que o pastor é um homem que conta com a graça divina. Pois, de caso contrário, não obteria do próprio Deus os favores necessários.

Outra característica importante daqueles que pastoreiam, é o dom do discernimento. Isso recai, sobre a maneira de como corrigem, e como usam de ternura para com o seu rebanho. Gregório diz, que muitas vezes, é necessário ao pastor fechar os olhos com prudência aos vícios dos seus fiéis, mas nunca faltar com a devida caridade e diligência em corrigir os vícios e as más inclinações.

Por isso, nunca deve deixar de usar sua autoridade discreta para intervir e fazer voltar ao bom caminho aquela ovelha que se desviou.

A graça da vocação presbiteral está expressa na sua configuração a Cristo, na medida em que Nele estão presentes os mesmos sentimentos que havia em Nosso Senhor. Por isso, afirma Tutas ao sintetizar o conteúdo da Regra Pastoral, colocando o acento na paternidade espiritual da cura de almas.

Todavia, a beleza da alma do presbítero resplandece no cultivo do carisma da paternidade espiritual. Os sacerdotes são a causa do renascimento espiritual de todos os batizados que se tornam filhos de Deus. A eles foi entregue não somente a geração espiritual, mas também a cura das almas, por eles serem médicos de almas por excelência (cf. Tg. 5,14-15). Essa responsabilidade exige do presbítero um alto grau de vida espiritual que supera a todos pelos quais ele é mediador e intercessor. (TUTAS, 2015, p. 525).

Sendo assim, o que podemos compreender a partir da **Regra Pastoral** é, que o dom da vocação, é graça imerecida dada aos homens por Deus através de Jesus Cristo, sumo e eterno sacerdote, mediador entre Deus e os homens. Cabe àqueles, que sendo chamados a este ministério, devem buscar configurar-se a Cristo, pastor e cabeça que se oferece por todos.

O presbítero é o homem de virtudes a serem pedidas e buscadas diariamente. Há nesse movimento uma relação profunda com os auxílios da graça atual, sabemos que o sacramento da ordem imprime caráter indelével na alma daquele que o recebe.

No entanto, o que São Gregório quer lembrar aos ministros é que, embora a graça supere todos os esforços humanos, é necessário pedir a graça atual para alcançar as virtudes necessárias para condução do povo de Deus. Ou seja, a humildade, a benignidade, a autoridade discreta,

a sabedoria necessária, a caridade paciente e as demais virtudes.

No próximo tópico, aprofundaremos a atualidade do conteúdo trazido pela **Regra Pastoral** e que influenciou muitos documentos referentes a atividade e a dignidade dos presbíteros, homens chamados a ser fiéis dispensadores dos mistérios divinos na administração dos sacramentos, que como nos lembra a Santa Igreja, são sinais visíveis da graça invisível.

3 SÃO JOÃO CRISÓSTOMO: A GRAÇA NA OBRA SOBRE O SACERDÓCIO

Um importante Padre da igreja oriental, que merece destaque, é São João Crisóstomo, nascido em Antioquia da Síria. Pregador e escritor, estudou Filosofia e Retórica, vindo mais tarde a retirar-se para uma vida mística no deserto, onde estudou as Escrituras, sendo forçado a retornar à cidade, após uma enfermidade. Ordenado presbítero e mais tarde, bispo de Constantinopla, recebeu a alcunha de Crisóstomo, que em Grego significa "boca de ouro".

Devido a sua grande eloquência e ao profundo conteúdo místico e teológico de suas obras, entre elas, está a obra **Sobre o Sacerdócio**, onde o venerável bispo disserta sobre a graça do ministério sacerdotal, sobretudo, na forma que tal ministério deve ser exercido por um presbítero da igreja.

Segundo Tutas (2015, p. 504), a obra **Sobre o Sacerdócio** de São João Crisóstomo, "situa a figura do grande pastor no seu mundo oriental, sua época, seu contexto histórico, cultural e religioso, que foi marcado por profundas transformações".

A obra de Crisóstomo é uma grande contribuição histórica sobre o ambiente eclesial e a relação com a honra do sacerdócio. Nela o grande pastor faz um apanhado de ricos ensinamentos sobre a

graça do ministério sacerdotal. Bem como, estabelece os requisitos a serem encontrados naqueles que desejam abraçar o presbiterato.

O fascinante testemunho de João Crisóstomo, considerado "o maior pregador cristão da história", como grande pastor e orador desperta a convicção de que, hoje, voltar aos Padres da Igreja, significa encontrar novas luzes e inspiração na atuação da desafiante missão que os presbíteros desempenham no mundo inteiro como realização do projeto da vida sacerdotal que a eles foi confiado através da Ordem sacra. (TUTAS, 2015, p. 505).

O *Tratado Sobre o Sacerdócio* versa sobre a grande responsabilidade dos ministros sagrados, mas aqui, nos importa aquilo que Gregório traz nos livros III a V desta obra. Aí está o cerne das considerações trazidas pelo "boca de ouro", sobre o ministério pastoral na vida presbiteral.

Na visão de Crisóstomo, o sacerdócio é de caráter e instituição divina, embora seja exercido por homens nesta terra, é o próprio Espírito Santo que instituiu tal função. O "boca de ouro" considera o sacerdócio uma graça tão sublime, que admite que essa, deveria ser reservada aos anjos. No entanto, Deus escolheu homens de carne e sangue para tão sublime ministério, o que exige dos homens a pureza dos anjos, uma vez, que receberam tamanho dom.

Talvez mesmo as instituições de antes do tempo da graça já tenham incutido temor e tremor, assim como as campainhas, as pedrarias e anéis no peitoral e nos ombros, o "efod" e o Santuário em seu silêncio. Examinando, porém, o que a graça nos trouxe, constatamos que tudo isso perde de importância verificando-se, também nisso, o que Paulo dissera sobre a Lei: "E diante desta glória eminente, o esplendor do primeiro ministério já não é mais glória". II Cor. 3, 10 (CRISÓSTOMO III, 4).

O sacerdote para Crisóstomo é alvo do imenso amor de Deus para com os homens, pois faz descer sobre o altar, com suas próprias mãos e

as palavras do Senhor. Sobre o ato da consagração diz-nos: "Quem está sentado ao lado do Pai nas alturas, naquela hora, é tocado pelas mãos de todos." (CRISÓSTOMO III,4).

Assim o ministério pastoral constitui uma graça extraordinária legada a homens que recebem o beneplácito de ter, entre as mãos, o próprio corpo do Senhor, oferecido de maneira incruenta; um serviço angelical, exercido por mãos humanas. É bem verdade, que embora a santidade do presbítero, seja importante para o crédito de suas obras, a graça independe desse, pois o próprio Senhor, quis confiar aos homens a tarefa de santificar e pastorear o seu povo.

Por isso, o presbítero é aquele que, vivendo no mundo, está encarregado de distribuir a graça para a salvação das almas. São eles quem pelo poder divino ligam e desligam as almas ao céu.

Dessa maneira o Senhor também os constituiu juízes entre os homens e Deus, tamanha a graça que se encerra no dom da vocação sacerdotal, ser entre os homens e Deus, pontífice das coisas sagradas, confiadas a fraqueza humana e sustentadas pela graça divina.

Se alguém tomar em consideração a graça extraordinária de que um homem composto de corpo e sangue pode aproximar-se tão intimamente daquele ser santo e puro, deverá convencer-se da honrosa e alta dignidade que a graça do Espírito Santo confere aos sacerdotes. É por intermédio deles que o sacrifício se realiza e são distribuídas graças para a nossa salvação eterna. São homens que vivem neste mundo e nele encontram sua ocupação, a quem se confiou a administração de tesouros celestiais dando-lhes, com isto, poderes que Deus não conferiu nem a anjos nem a arcanjos. Pois é a estes que foi dito: "Tudo que ligardes na terra terá sido ligado no céu, e tudo o que desligardes na terra, terá sido desligado no céu". (Mt 18,18). (CRISÓSTOMO III, 5).

Dessa maneira, podemos dizer que na visão deste grande Padre oriental, o ministério pas-

toral carrega em si, um dom sobrenatural que ultrapassa os limites da razão humana. Isso está expresso na relação que o próprio Crisóstomo estabelece entre o sacerdócio e o serviço dos anjos que assistem à liturgia celeste. No entanto, o poder de fazer descer sobre o altar o corpo e o sangue do Senhor foi reservado à natureza humana.

A obra ***Sobre o Sacerdócio*** surge para suscitar uma reflexão mais profunda, sobre a vida interior e a índole dos candidatos à ordem presbiteral, uma vez que as disputas por cargos e o carreirismo cresciam no interior da Igreja de Cristo. Sobre isso, diz-nos Tutas,

Como critério de discernimento não havia mais a sensibilidade pela vida espiritual do novo candidato: "a pessoa realmente apta, porém, não é nem questionada, porque todos se omitem a considerar apenas as qualidades da alma". Ele observa a ausência de um critério básico nas indicações de principais cargos eclesiais, e isso gera escolhas incompatíveis com as funções a serem assumidas e desenvolvidas na Igreja, o que significa que as eleições acabam sendo realizadas segundo as conveniências dos eleitores, e não levando em consideração a competência dos candidatos. (TUTAS, 2015, p. 507)

Portanto, o grande bispo e pregador de Constantinopla oferece uma profunda e pertinente reflexão teológica sobre o profundo significado da graça concedida aos homens, ao permitir que estes exerçam o ministério sacerdotal, no governo e instrução do povo às verdades eternas.

A reflexão sobre a graça na vida sacerdotal ocupará as próximas linhas de nosso trabalho. Veremos a importância de compreendermos a ação da graça na vida da Igreja, agindo em seus ministros e através deles.

A vida na graça é um dos temas que permearam os debates teológicos durante séculos na história da Igreja, uma vez que implica discutir o agir gracioso de Deus para com o homem. Tra-

ta-se de elementos teológicos discutidos desde as elaborações de grandes teólogos do período patrístico.

Cabe a interrogação: porque entre os séculos de elaboração de uma teologia da graça, escolhemos autores, santos e doutores, do período patrístico? A resposta, está embasada nos caminhos e rumos que o Concílio Vaticano II tomou por base, indo as fontes patrísticas para embasar suas elaborações teológico doutrinárias.

O ponto de partida dos documentos do Concílio Vaticano II (1962-1965), é o alicerce teológico e doutrinário para adentrarmos na discussão sobre a vida da graça na igreja e no ministério presbiteral. Sabemos que o batismo nos torna filhos de Deus, assembleia santa, sacerdócio régio, com a missão profética de anunciar a boa nova do Evangelho.

Seguindo a trilha de nossa reflexão, veremos como a dimensão do sacerdócio se articula na reflexão do magistério da Igreja.

4 O SACERDÓCIO COMUM DOS FIÉIS NA *LUMEN GENTIUM*

A constituição dogmática pós-conciliar *Lumen Gentium*, sobre a Igreja, traz em seu início o desejo dos padres conciliares de estender a luz de Cristo a todo o mundo. Assim, a Igreja torna-se sinal da união dos homens com Deus e entre si. A grande novidade trazida pela LG, é a compreensão da Igreja como povo de Deus, é a chamada chave para compreender a eclesiologia do concílio Vaticano II.

Nosso foco aqui, recairá sobre a compreensão que se dá a graça batismal na vida dos fiéis. Os padres conciliares entenderam que, uma vez nascidos da graça, todo homem em Cristo, torna-se filho de Deus, e além disso, povo de Deus.

Desta maneira, como assembleia santa, povo sacerdotal, todos participam do chamado sacerdócio comum, que é dado a todo batizado com o sinal da graça batismal, exercido por todo fiel e posto a serviço da comunidade cristã.

A partir desses pressupostos, podemos afirmar que os leigos e leigas, no exercício de seu sacerdócio comum, não só pertencem à comunidade eclesial, mas "ipso facto" são comunidade eclesial. Seu ministério goza de certa estabilidade e reconhecimento público, conferido por aqueles que exercem a missão de reger a comunidade de fé. (PEREIRA, 2009, p. 156).

Como fiéis leigos, participam do *múnus* sacerdotal, através da cooperação com os pastores, no serviço à igreja, através dos ministérios próprios do seu estado de vida, cooperam para o crescimento da vida eclesial.

É preciso ter clareza de que há uma diferença de essência, entre o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial, embora ambos participem do mesmo sacerdócio de Cristo, mantendo uma estreita relação entre si (LG, 10). Ao sacerdócio batismal, cabe segundo a *Lumen Gentium*: Em virtude de seu sacerdócio régio tomam parte na oblação eucarística. Exercem contudo seu sacerdócio na recepção dos sacramentos, na oração e na ação de graças, no testemunho da vida santa, na abnegação e na prática da caridade. (LG, 10).

Desta forma, o sacerdócio comum é graça batismal, oferecida a todo homem incorporado ao corpo de Cristo e a Igreja povo de Deus, exercido na cooperação com o sacerdócio ministerial expresso pelo sacramento da ordem que imprime caráter aqueles que o recebem.

Do meio do povo de Deus, alguns são chamados a exercer seu ministério de maneira mais específica. Por isso vale lembrar o que nos diz a carta aos Hebreus no capítulo V, "Todo sumo sacerdote é tirado do meio dos homens e insti-

tuído em favor dos homens nas coisas que se referem a Deus...”.

Como veremos adiante, o sacerdócio ministerial também é um ministério específico, que contém suas particularidades, entre elas o governo do povo sacerdotal, o oferecimento do sacrifício eucarístico em nome de Cristo, em favor do povo.

5 A GRAÇA E O SACERDÓCIO MINISTERIAL NA PRESBYTERORUM ORDINIS

Como vimos até agora, o Concílio Vaticano II através da *Lumen Gentium* recuperou o sentido do sacerdócio comum dos fiéis, como graça batismal a ser vivida por todo fiel batizado. No entanto, o mesmo documento distingue esse sacerdócio, do sacerdócio ministerial, aquele exercido pelos chamados à ordem dos presbíteros.

Sacerdócio ministerial é recebido pelo sacramento da ordem, aqueles que o recebem estão marcados pela graça de Cristo, que oferece aos homens a possibilidade de tomarem parte do único sacerdócio verdadeiro, o do próprio Senhor. Assim, nos diz *Lumen Gentium* 11 “Os fiéis marcados pelo sacramento da ordem são igualmente constituídos em nome de Cristo, para conduzir a Igreja pela palavra e pela graça de Deus”. Como podemos ver o ministério sacerdotal deve ser marcado pela graça Divina.

A partir de agora, passaremos a tratar do sacerdócio ministerial através da visão do decreto conciliar *Presbyterorum Ordinis* sobre o ministério e a vida sacerdotal. Esse importante decreto conciliar trata da vocação ao ministério presbiteral e suas especificidades.

Desde o princípio Deus escolheu homens para guiar seu povo, assim foi com Moisés, Aarão e os profetas. Com a encarnação do filho e o nascimento das comunidades cristãs, pela missão

dos apóstolos, foi preciso eleger presbíteros, termo grego que significa irmão mais velho, ancião.

Na chefia das comunidades cristãs, desde o início do cristianismo, encontram-se πρεσβυτεροι – presbyteroi: na Ásia Menor (At 14,23); em Jerusalém (At 11,30; 15,22); em Éfeso (At 20,17); em Creta (Tt 1,5, cf. 1Tm 5,1; 1Pd 5,1-5; 2Jo 1; 3Jo 1; 1Tm 4,14). É bom observar, que o termo presbítero é sinônimo, na linguagem do NT, do termo επισκοπος – episcopo (At 20,17 e 28; Tt 1,5-7), o qual se emprega também no plural (Fl 1,1) designando chefes de uma Igreja local. (STADELMANN, 2011, p. 32).

Dessa maneira o ministério presbiteral está ligado à missão de Jesus como redentor. Assim, Deus quis precisar do homem para mediar a relação entre ele e a humanidade. Por isso, o presbítero está unido ao corpo de Cristo através da unção sacerdotal, no entanto, esse, diferentemente dos demais fiéis, participa do sacerdócio de Cristo como cabeça e pastor. O objetivo de seu ministério é promover a glória de Deus por Cristo, dessa forma: pelo ministério sacerdotal, o sacrifício espiritual dos fiéis se realiza em união com o sacrifício de Cristo, mediador único, que pela mão dos sacerdotes, e em nome de toda igreja, é oferecido incruenta e sacramentalmente na eucaristia, até que o Senhor venha (PO, n.2).

A celebração da liturgia é, por isso, o cerne da vocação presbiteral, pois o presbítero através da liturgia e do culto, exerce esse papel da mediação da graça divina, mas suas funções vão além de ser meros oficiantes da liturgia da igreja. São eles também, os líderes das comunidades que devem em nome da igreja, educar os fiéis na fé pela doutrina, santificando o povo de Deus pelos sacramentos e pelas obras de misericórdia.

Podemos indagar, qual a missão e o lugar dos presbíteros no mundo? A isso, a PO, responde dizendo “os sacerdotes do Novo Testamento [...] não podem ser ministro de Cristo sem testemunhar e estar a serviço de algo que ultrapassa a vida terrena” (PO, n. 3). Isso expressa a dignidade

do ministério presbiteral, enquanto homem das coisas futuras, há uma tonalidade escatológica na missão do presbítero, santificar, pastorear e governar. São os três múnus, reservados ao sacerdócio. No entanto, é fundamental que esses alimentem nos fiéis a esperança das coisas futuras. O encontro com o Senhor na eternidade.

Assim, o presbítero deve possuir importantes virtudes a serem pedidas e alcançadas com auxílio da graça atual. São virtudes essas "a bondade do coração, a sinceridade, a força de ânimo e a constância, o senso de justiça, a afabilidade no trato e tudo que recomenda o apóstolo dizendo: ocupem-se, irmãos, com tudo que é verdadeiro, nobre, justo, puro, amável, honroso, virtuoso, ou que de algum modo mereça louvor". (Fl 4,8).

A função do presbítero se desdobra, portanto, como ministro da palavra do qual devem ser exímios conhecedores e praticantes, admoestando o povo de Deus, levando a boa nova, confortando os tristes e aflitos. Como diz São Paulo aos Romanos "a fé vem do ouvir e o que se ouve é a palavra de Cristo". Por isso, o presbítero deve pregar com veemência o Evangelho, comunicando a verdade do Senhor.

Uma vida santa e honesta também coopera para que os fiéis a exemplo de seu pastor, levem uma vida digna do ser cristão. Outra função, muito importante do presbítero, é a administração dos sacramentos. Diz-nos a **Presbyterorum Ordinis**

Deus, que somente é santo e santificador, quis colocar humildes associados e auxiliares a serviço da obra de santificação. Nesse sentido, os sacerdotes são consagrados a Deus, por ministério do bispo, como participantes, a título especial, do sacerdócio de Cristo, para que atuem nas celebrações sagradas como ministros daquele que exerce incessantemente, por nós, na liturgia, seu papel sacerdotal, no Espírito. (PO, n. 5).

Fica evidente a função do ministério sacerdotal, como dispensador da graça divina, são eles,

que iniciam os homens através do sacramento do batismo na vida cristã, e exercendo o múnus apostólico do perdão dos pecados, através do sacramento da penitência reconciliam os homens com Deus. Confortam os doentes com o bálsamo da unção, e oferecem o santo sacrifício, em favor de si e do povo. No entanto, é na eucaristia que reside todo bem espiritual da Igreja, ou seja, Cristo Cordeiro Imolado, feito pão para a vida do mundo. Isto quer dizer que: "Essas expressões mostram a ação de Cristo em seu ministro, enquanto seu instrumento pessoal, ou seja, a sacramentalização do senhorio de Cristo em sua Igreja na pessoa do presbítero. Além dessas expressões, está presente a expressão **in nomine Ecclesiae**, igualmente usada nos mesmos documentos". (HACKMANN, 2011, p. 1098)

É por isso que o sacerdócio ministerial representa Cristo cabeça e pastor. Isso quer dizer que na pessoa do presbítero, se torna presente o Senhor enquanto essas duas características, configurando-se a Ele, os presbíteros podem agir na pessoa Dele. É Cristo que age através de seu ministro que é aquele instrumento pessoal, com o qual o Senhor faz de sua Igreja, sacramento de Salvação.

Sobre a vocação presbiteral, essa é dom espiritual recebida na ordenação, e deve orientar-se para a salvação das almas, é a participação na missão universal, que o próprio Senhor confiou aos apóstolos. E por isso, devem cuidar da sua vida espiritual e da saúde do corpo e da mente.

A graça do ministério presbiteral dá-se através do sacramento da ordem, que associa os presbíteros a Cristo Sacerdote, e por isso, todo sacerdote deve buscar a perfeição, apesar de sua fraqueza humana, pois, são consagrados a Deus pela ordenação sacerdotal, tendo como missão, prosseguir no tempo a obra redentora e reunir em Cristo todos os homens. Isto significa que, "como representante de Cristo, o sacerdote recebe a graça de ir se aperfeiçoando no serviço da comunidade que lhe é confiada, e de todo o povo de Deus. Suas fraquezas, como homem,

são sanadas por aquele que é "pontífice santo, inocente, impoluto e isento de todo o pecado" (Hb, 7,26). (PO, n. 12).

Dessa maneira, o presbítero é aquele "homem na graça", que trabalha e aperfeiçoa as suas virtudes naturais. O concílio Vaticano II ao resgatar a imagem do presbítero como participante do sacerdócio episcopal, fala da comunhão deste com seu bispo, participam ambos do sacerdócio de Cristo, que por graça, concedeu aos homens e não aos anjos, a função de ser dispensadores dos mistérios sagrados.

6 O PRESBÍTERO NO DOCUMENTO DE APARECIDA

O Documento fruto da Conferência do Episcopado Latino-Americano e Caribenho (CELAM), ocorrida no Brasil no ano de 2007, no Santuário de Nossa Senhora Aparecida, teve como tema "Discípulos e missionários de Jesus Cristo, para que nossos povos Nele tenham vida". Como era de se esperar, e a exemplo de outras conferências de mesmo nível, refletiu entre outros temas a identidade do presbítero, sua missão e seu lugar no mundo.

Quanto a questão identitária, o Documento de Aparecida, retoma as definições do Vaticano II, do presbítero como aquele que está a serviço, do sacerdócio comum dos fiéis. A partir daí ressalta a graça que está relacionada a cada uma das situações, os fiéis quanto ao batismo e os ministros quanto ao sacramento da Ordem. Assim afirma Limberger: "O sacerdócio ministerial, ao invés, fundamenta-se no caráter impresso pelo sacramento da Ordem, que configura a Cristo sacerdote, de modo a poder agir na pessoa de Cristo Cabeça com poder sagrado, para oferecer o Sacrifício e para perdoar os pecados" (...). (LIMBERGER, 2011, p. 83).

Dessa forma, o documento resgata a identidade presbiteral a partir da compreensão do Concílio Vaticano II, no entanto, ressalta a missão do presbítero, como aquele que recebendo a graça própria do sacramento da ordem, está a serviço do povo de Deus. Assim, segundo o DA, presbítero é dom para comunidade, não é mero delegado da comunidade, mas aquele que leva os cristãos ao crescimento espiritual, dada a sua unção, e a identificação com Cristo pastor.

O presbítero, à imagem do Bom Pastor, é chamado a ser homem de misericórdia e compaixão, próximo a seu povo e servidor de todos, particularmente dos que sofrem grandes necessidades. A caridade pastoral, fonte da espiritualidade sacerdotal, anima e unifica sua vida e ministério. Consciente de suas limitações, ele valoriza a pastoral orgânica e se insere com gosto em seu presbitério. (DA, n. 198)

O documento de Aparecida, ainda traz para a discussão a inserção do presbítero na cultura atual, nas realidades que circundam a vida paroquial, que vem passando por grandes transformações. O que exige cada vez mais do presbítero, uma identificação com Cristo Bom Pastor.

Em síntese, o que o DA faz é resgatar a imagem de presbítero trazida nos documentos do Vaticano II referentes a esses, acrescentando o caráter missionário desse ministério. Dessa forma, o presbítero vive a graça própria do Sacramento da ordem, no serviço ao povo de Deus, através de uma vida íntegra, dedicada à salvação das almas, na pregação, na Eucaristia, na comunhão com seu Bispo e presbitério.

Para isso, a formação do presbítero deve ser integral, nas dimensões estabelecidas pela Igreja. A espiritualidade, formação humana e afetiva e comunitária, devem oferecer uma base sólida, para que os que almejam por vocação o ministério de presbítero da Igreja, tenham as condições necessárias, para bem exercê-lo em favor do povo de Deus.

O presbítero visto por Aparecida é alguém conduzido pelo Espírito Santo e pela graça divina, pois descobriu a nobreza de seu ministério em favor do povo de Deus. E assim precisa estar em constante formação, para não se tornar alheio às transformações de seu tempo, que lhe exigiram, cada vez mais, uma disposição para missão e para o anúncio.

O Povo de Deus sente a necessidade de presbíteros discípulos: que tenham profunda experiência de Deus, configurados com o coração do Bom Pastor, dóceis às orientações do Espírito, que se nutram da Palavra de Deus, da Eucaristia e da oração; de presbíteros-missionários: movidos pela caridade pastoral que os leve a cuidar do rebanho a eles confiado e a procurar os mais distantes, pregando a Palavra de Deus, sempre em profunda comunhão com seu Bispo, com os presbíteros, diáconos, religiosos, religiosas e leigos;[...] (DA, n. 199).

O presbítero é por isso, discípulo-missionário com uma profunda vida espiritual, que o leva a ser como Jesus Cristo pastor, amigo dos pequenos e dos pobres, não só materialmente, mas também daquela pobreza que atinge o mais profundo da alma humana e a joga no relativismo. É homem da misericórdia de Deus, da Eucaristia, que sabe ter compaixão, que vai além dos muros da própria casa paroquial, está profundamente imbuído da caridade pastoral.

7 A VIDA SACERDOTAL, A VIDA NA GRAÇA

Por alguns instantes poderíamos questionar, mas afinal qual é a relação da graça na história e na vida presbiteral? A resposta é simples, o presbítero, sacerdote, padre, ou como queiramos nos referir, a essa figura tão essencial na vida da Igreja, é chamado a ser um homem da graça. Tais

questionamentos também nos levam a pensar: como o presbítero segue a Cristo? Como refletir a atuação ministerial de forma a professar a fé em Jesus Cristo e seu sentido no mundo? Como vivenciar uma espiritualidade movida pela graça?

Se recordarmos por alguns instantes a teologia do sacerdócio, lembraremos que o padre, participa enquanto homem, do sacerdócio de Cristo pastor e cabeça, e não só, enquanto ministro sagrado, na sagrada liturgia, age *in persona Christi*, faz às vezes do próprio Senhor. Gostaríamos de resgatar aqui, alguns pontos trazidos pelo Santo Padre o Papa Bento XVI durante o ano sacerdotal de 2009. Ao comentar as motivações para esse ano, diz-nos Carlos: "O Sumo Pontífice pensa pois nos presbíteros que, diariamente procuram imitar as atitudes do Bom Pastor, Jesus Cristo, e aderir a Ele com a totalidade da sua existência; e dirige-se particularmente aos sacerdotes imersos no sofrimento, participando da dor humana ou incompreendidos pelos destinatários do seu ministério". (CARLOS, 2012, p. 11).

Desse modo fica evidente a preocupação de Bento XVI, com a saúde espiritual de seus sacerdotes, homens chamados a viver uma vida reta, dedicada ao povo de Deus, como homens da esperança, que muitas vezes, sofrem com as incompreensões e agruras por parte de sua própria comunidade.

Não podemos nos esquecer daquele que é o fundamento de todo ministério sacerdotal, e deve ser ele o modelo e o referencial, para todos aqueles que foram escolhidos e chamados para esse ministério,

De facto, "a centralidade de Cristo traz consigo a justa valorização do sacerdócio ministerial, sem o qual não haveria Eucaristia, nem muito menos a missão e a própria Igreja". Por isso, "Cristo, que é o Caminho, a Verdade e a Vida (cf. Jo 14,6), [diz o Papa Bento XVI] seja o tema do nosso pensar, o argumento do nosso falar e o motivo do nosso

viver". Efectivamente, o próprio Cristo não atribuiu a si mesmo o título de sacerdote (cf. Hb 5,5). Neste sentido, destacamos alguns "modelos" de sacerdote, reconhecendo Jesus como único e eterno Sacerdote (cf. Hb 7,1-28). Jesus Cristo é Aquele que se entrega pela salvação da humanidade. (CARLOS, 2012, p. 38).

Aqui, o presbítero é lembrado como continuador da obra de Cristo, Ele assim como o Senhor, deve entregar-se pela obra redentora, que continua na Igreja até a consumação dos séculos, na celebração da Eucaristia, em uma vida a serviço dos irmãos, como o fizeram tantos santos sacerdotes na história da Igreja, como São João Maria Vianney, que através de seu ministério transformou a dura realidade eclesial de Ars. Poderíamos citar ainda tantos outros exemplos, que fizeram de seu ministério um canal por onde as graças abundantes do Senhor, passaram e irrigaram a vida do povo fiel, e assim a graça, supera as debilidades e fragilidades humanas, como lembra o próprio Bento XVI:

[...] diante de tantas incertezas e canseiras, também no exercício do ministério sacerdotal, é urgente a recuperação de um juízo claro e inequívoco sobre a primazia absoluta da graça divina, recordando o que escreve S. Tomás de Aquino: "O menor dom da graça supera o bem natural de todo o universo" (*Summa Theologiae*, I-II, q. 113, a. 9, ad 2). Por conseguinte, a missão de cada um dos presbíteros dependerá, também e sobretudo, da consciência da realidade sacramental do seu "novo ser". (BENTO XVI, 2009, p. 2).

O sacerdócio é dom gratuito, e deve se fazer dom na vida de muitos, para levar a cabo a obra da salvação dos homens, um homem que se deixou tocar pelo Espírito Santo que tem a nobre tarefa de santificar, governar e pastorear o povo fiel.

No entanto, para bem viver sua vocação e seu ministério, o presbítero, necessita de uma vida

em sintonia com a palavra de Deus, com o ensinamento da Igreja, uma forte espiritualidade eucarística e comunhão fraterna.

A Exortação Apostólica Pós-Sinodal **Pastores Dabo Vobis** de São João Paulo II, sobre a formação dos sacerdotes, nos ajuda a compreender a especificidade da espiritualidade sacerdotal, como uma vocação específica à santidade.

Por isso, o presbítero deve cultivar uma espiritualidade própria, que tem como fruto a caridade pastoral, como nos lembra a exortação: "[...] Já desde a consagração do Batismo, receberam, tal como todos os fiéis, o sinal e o dom de tão insigne vocação e graça, para que mesmo na fraqueza da condição humana, possam e devam alcançar a perfeição, segundo quanto foi dito pelo Senhor: "sede perfeitos como é perfeito o vosso Pai celeste" (Mt, 5,48) (PdV n. 20).

Desta maneira, a espiritualidade presbiteral, deve almejar uma vida na graça, em favor do povo de Deus. Não obstante, a fonte da espiritualidade presbiteral deve ser uma inspirada na Trindade. Pois, nela está o modelo de comunhão, do qual o presbítero está convidado a ser sinal entre o povo.

Desse modo, a caridade pastoral que é própria de uma espiritualidade de comunhão, está em sintonia com aqueles conselhos encontrados na primeira carta de Pedro.

Aos presbíteros que estão entre vós, exorto eu, que sou presbítero como eles e testemunho dos sofrimentos de Cristo e participante da glória que há de ser revelada. Apascentai o rebanho de Deus que vos foi confiado, cuidando dele, não por coação, mas de livre vontade como Deus o quer, nem torpe ganância, mas por devoção, nem como senhores daquele que vos couberam por sorte, mas, antes, como modelo do rebanho. Assim quando aparecer o supremo pastor, receberéis a coroa imarcescível da glória (I Pd 5,1-4).

Nas palavras do apóstolo Pedro, o presbítero é aquele que recebeu de Deus a graça de tornar-se pastor do rebanho de Cristo, por isso, não deve fazer de sua condição, uma oportunidade para submeter o rebanho que lhe foi confiado. Portanto, para viver uma vida de santidade, aquele que está à frente, deve configurar-se cada vez mais ao Cristo cabeça e pastor. Devido a sua consagração sacramental, o padre recebeu da Igreja a graça de um poder espiritual.

É pelo Espírito Santo, através do sacramento da ordem, que, "a vida espiritual do sacerdote fica assinalada, plasmada, conotada por aquelas atitudes e comportamentos que são próprios de Jesus Cristo cabeça e pastor e se compendiam na sua caridade pastoral" (PdV, n. 21).

Assim, a vida espiritual do presbítero, deve transmitir a alegre disposição de servir como modelo para o rebanho. Podemos nos perguntar, mas afinal o que é a caridade pastoral, que marca a vida do presbítero? Se buscarmos a etimologia da palavra caridade, veremos que em sua raiz está o termo grego, **cháris**, que significa graça, que como já vimos ao longo deste texto, expressa benevolência, compaixão, doação.

Desta maneira, caridade pastoral é oferecer-se como dom, pelo povo de Deus. Não é coincidência que sabiamente a Igreja escolheu esse termo para caracterizar a espiritualidade do presbítero, que deve ser dom para o povo de Deus. Assim, enfatiza a **Pastores Dabo Vobis** "o conteúdo essencial da caridade pastoral é o dom de si; o total dom de si mesmo à Igreja, à imagem e com o sentido de partilha do dom de Cristo" (PdV n. 23).

Portanto, assim como Cristo ofereceu-se como dom para a salvação dos homens, o presbítero deve oferecer-se totalmente a sua comunidade, mas para isso, ele deve alimentar-se diariamente da Eucaristia, com a qual o senhor nutre e fortalece a vida de seu povo, e como sacerdote, deve dedicar-se à pregação e sobretudo, à vivência da palavra de Deus, com a qual instrui,

exorta e anima o povo. Consequentemente:

A caridade pastoral, que tem a sua fonte específica no sacramento da Ordem encontra a sua plena expressão e supremo alimento na eucaristia: "esta caridade pastoral – diz-nos o Concílio – brota sobretudo do sacrifício eucarístico o qual constitui, portanto, o centro e a raiz de toda vida do presbítero de modo que a alma sacerdotal se esforçara por espelhar em si mesma o que é realizado sobre o altar do sacrifício." (PdV, n. 23).

A celebração dos sacramentos, também constitui junto à Liturgia das Horas, o elo entre o exercício do ministério e a vida espiritual do presbítero. Aí o dom da graça, torna-se princípio de santidade e chamada a santificação do povo. É pelos sacramentos, que a graça divina, através do ministério presbiteral age na vida dos fiéis.

Por isso, a espiritualidade do presbítero desdobra-se na caridade pastoral, que é o dom total de si em favor do povo, expresso no amor-doação, pois da mesma maneira, que Cristo amou sua Igreja, o presbítero é chamado a amar e servir o povo que lhe foi confiado, não por mérito, mas por graça.

Ao longo de nosso trabalho, fomos abordando sobre diversos aspectos a identidade e a missão do presbítero como homem da graça. O que devemos sempre recordar é que a Graça e o Sacerdócio caminham sempre juntos. O padre é o dispensador dos mistérios divinos, homem com uma vocação sobrenatural, como nos lembra Bento XVI, em discurso proferido durante o Ano Sacerdotal, "Sim! O sacerdote é um homem totalmente do Senhor, porque é o próprio Deus que o chama e o constitui no seu serviço apostólico. E precisamente porque é todo do Senhor, é todo dos homens e para os homens". (BENTO XVI, 2009, p. 3).

Dessa forma o ministério presbiteral, constitui uma grande graça para a Igreja, pois foi o próprio Senhor quem o quis, por isso, a vida do presbítero deve ser uma vida na graça, expressa

no serviço ao povo de Deus, de quem o Senhor o constituiu pastor e guia.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz do que foi apontado, desde o princípio da criação Deus age na história, ao criar o ser humano estabelece uma ordem entre esse e os demais seres, a graça divina se dava na medida em que Deus e o homem viviam numa relação de amizade. A imagem e semelhança foi a marca com que o próprio criador selou sua predileção pelo homem em meio a toda criação. Temos aqui a graça na criação, primeiro na formação do mundo, até que pela desobediência se instaurou no homem a desordem trazida pelo pecado.

No entanto, Deus não cessa de atrair o homem para si, por isso, estabeleceu uma aliança com o povo de Israel, ao qual amou sem medidas, e não deixou que seu duro coração, fosse um empecilho para que Ele continuasse agindo na história de tal povo. É o **hen** do Deus de Israel, que permite que mesmo nos desvios e infidelidades, o povo não pereça.

Chegada à plenitude dos tempos, Deus que não abandona seu povo, envia seu próprio Filho, Verbo eterno, para assumir a carne humana, sua natureza, devolvendo ao Homem a dignidade de sua condição, tornando-o filho no Filho, não apenas, criatura, mas filho de Deus.

A graça nesse contexto é tema central da escrita neotestamentária, é o **cháris**, nos Evangelhos o tema está transversalmente colocado nos atos de Jesus, nas parábolas e no anúncio do Reino. A literatura joanina oferecerá uma visão mais explícita da graça, no logos divino feito carne e na participação nas realidades divinas. Em São Paulo, a graça é o dom gratuito expresso na eleição gratuita, não mais de um povo apenas, mas de toda a humanidade. São Pedro anuncia

a divinização do homem, que começa no tempo presente e encaminha-se ao fim escatológico.

Sob olhar da Teologia patrística, as contribuições são fundamentais sobre o tema da graça. Gregório de Nissa assumindo a visão de São João, acredita na graça como plena realização da imagem e semelhança, selo da Trindade no homem. E, com Santo Agostinho, encontramos a graça em oposição ao pecado que turva a liberdade humana e o impede de assumir, o Bem como caminho, por isso, em Cristo através da regeneração batismal, o homem é reconduzido à vida da graça e pode tornar-se justo, mas deverá contribuir para sua salvação, através das boas obras.

Chegamos assim, ao nosso recorte específico desenvolvido quanto à graça na vida dos presbíteros, tema que ocupou espaço na Patrística com os grandes Crisóstomo e Gregório, e a profunda reflexão sobre a natureza e a dignidade do presbítero, a graça do sacramento da Ordem, dom do Espírito legado aos homens. Seu pensamento permeia os documentos conciliares, que abordam o sacerdócio comum e ministerial, a formação e a espiritualidade dos presbíteros, numa Igreja que vive da graça.

Ao longo de nosso texto, buscamos oferecer alguns pontos sobre a Teologia da Graça que, como sabemos, é ampla e profundamente discutida, em diversos momentos da história. Aqui, no entanto, buscamos duas fontes fortes da reflexão sobre a graça, Escritura e Santos Padres, deram o tom para chegarmos à relação da graça com a vida do presbítero. A Escritura e a Tradição sempre se ocuparam da dignidade e sacralidade desse ministério.

Assim, a Igreja do Concílio Vaticano II, buscou nessas duas fontes a base para elaboração de importantes documentos que versam sobre a graça na Igreja e na vida de seus ministros, sobretudo os presbíteros, chamados a ser dom total, através da caridade pastoral, marca forte, que

expressa a graça do sacramento da Ordem, que faz de homens comuns, dispensadores das graças divinas.

Uma vez mais, é importante afirmar que a reflexão teológica sobre a graça é, e será, sempre atual, pois a vida do homem está marcada por esse profundo sinal do amor de Deus, que não nos trata conforme merecem nossas faltas, mas se derrama na vida da Igreja, através dos sacramentos, sinais visíveis de graça invisível, além dos pequenos milagres, que todos os dias vemos acontecer, quando nos abrimos a ação amorosa e gratuita de Deus.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, SANTO. **A Graça, I.** São Paulo: Paulus, 1999.
- BARROS, Wellington da Silva. **Da doutrina da graça à antropologia teológica: fundamentos, desenvolvimento, renovação e perspectivas para o pluralismo religioso.** Disponível em: <https://www.academia.edu/12051936/Da_doutrina_da_Graça_à_Antropologia_Teológica>. Acesso em: 27/06/2021.
- BENTO XVI. **Audiência Geral 1º de julho de 2009.** Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedictxvi/pt/audiences/2009/documents/hf_benxviaud_20090701.html Axc . Acesso em: 24/08/21.
- BINGEMER, M. C. L., FELLER, V. G. **Deus- Amor: a graça que habita em nós, Trindade e Graça II.** São Paulo: Paulinas, 2003.
- CARLOS, Manuel de Fátima Dias. **A Espiritualidade presbiteral nas Intervenções do Papa Bento XVI, por Ocasão do Ano Sacerdotal e na Pastores Dabo Vobis.** UCP. Lisboa, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/16755/1/Tese%20-%20final.pdf> Acesso em: 02/10/2021.
- CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA LUMEN GENTIUM** in :VATICANO II. Mensagens, discursos, documentos. São Paulo: Paulinas, 2007.
- DECRETO PRESBYTERORUM ORDINIS** in :VATICANO II. Mensagens, discursos, documentos. São Paulo: Paulinas, 2007.
- DOCUMENTO DE APARECIDA (2007).** 11. ed. Brasília/São Paulo: Editoras CNBB, Paulus e Paulinas, 2009.
- EXORTAÇÃO APOSTÓLICA PÓS-SINODAL "PASTORIS DABO VOBIS"** Sobre a formação dos sacerdotes. São Paulo: Paulinas, 1992.
- GREGÓRIO DE NISSA, Santo. **A criação do homem; A alma e a ressurreição; A grande catequese.** Tradução Bento Silva Santos. (Coleção "Patrística"). São Paulo: Paulus, 2011.
- GREGÓRIO MAGNO, Santo. **Regra pastoral.** Tradução Bento Silva Santos. (Coleção "Patrística") São Paulo: Paulus, 2010.
- HACKMANN, Geraldo Luiz Borges. **A identidade presbiteral depois do Vaticano II.** Dossiê: Concílio Vaticano II: 50 anos. Belo Horizonte, v. 9, n. 24, p. 1090-1112, dez. 2011. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/2416>. Acesso em: 20/10/2021.
- JOÃO CRISÓSTOMO. **Sobre o Sacerdócio.** Disponível em: <http://www.cristianismo.org.br/sacerdotio-1.htm> Acesso em: 21/10/21.
- LIMBERGER, Anselmo Matias. **O presbítero a partir do Documento de Aparecida.** Encontros Teológicos nº 60. Ano 26, nº3, 2011, p. 81-94. Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/215>. Acesso em: 15/10/2021.
- PEREIRA, Reginaldo. **Igreja Povo de Deus: o Sacerdócio comum dos fiéis na vida da Igreja.** Encontros Teológicos nº 53. Ano 24, nº2, 2009. Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/viewFile/309/296>. Acesso em:

10/10/2021.

SILVA, Rogério de Paula e. **A estrutura metafísica do Homem segundo De hominis Opificio de de Gregório Nissa.** São Paulo, 2013. Disponível em: http://www.faculdadedesaobento.com.br/files/pesquisas_48989420-03115711-7871-132018.pdf Acesso em: 03/11/2021.

STADELMANN, Luis I. J. **Ministério presbiteral na Igreja.** Encontros Teológicos nº 60. Ano 26, nº3, 2011, p. 31-44. Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/viewFile/213/204>. Acesso em: 03/11/2021.

TUTAS, Maria Rodica. São João Crisóstomo e São Gregório Magno: uma fonte de inspiração para a vida pastoral. **Atualidade Teológica**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 51, p. 500-528, set./dez.2015. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/25863/25863.PDFXXvmi=> . Acesso em: 1º/11/2021.